

Universidade de Santo Amaro
Curso de Serviço Social

**Pessoas em situação de rua e acessibilidade ao
lazer**

Jane Ranelve Bezerra Sousa
Lucila de Freitas Oyama

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da
Universidade de Santo Amaro para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da
Professora Dra. Sônia Maria de Almeida Figueira.

São Paulo
2008

Pessoas em situação de rua e acessibilidade ao lazer

**Jane Ranelve Bezerra Sousa
Lucila de Freitas Oyama**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Dra. Sônia Maria de Almeida Figueira.

**São Paulo
2008**

Pessoas em situação de rua e acessibilidade ao lazer

**Jane Ranelve Bezerra Sousa
Lucila de Freitas Oyama**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro – UNISA, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Sonia Maria de Almeida Figueira
Orientadora

Professor Mestre. Osmar Cavalcante Mota

Conceito Final: _____

Dedicatória

Dedicamos este trabalho aos conviventes do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, por terem colaborado de forma tão significativa para a realização dessa pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos aos funcionários do Núcleo de Vivência Santo Dias por terem permitido que pudéssemos realizar esta pesquisa dentro da instituição, nos acolhendo com carinho e respeito.

Aos docentes do curso de Serviço Social, pelos conhecimentos transmitidos.

Eu Jane, agradeço a minha amiga e companheira de pesquisa Lucila, pela paciência, compreensão e acima de tudo pela cumplicidade e dedicação, sem a qual este trabalho não teria sido concretizado. Agradeço também a minha irmã do coração, Francisca, por ter me acompanhado todos esses anos nessa luta diária a fim de concluir essa graduação. A minha mãe, Francimar, pela garra e força em contribuir para que eu terminasse meus estudos.

Eu Lucila, agradeço em primeiro lugar a Deus por mais esta conquista. Não poderia deixar de citar o esforço da minha mãe Isabel que me acompanhou durante todos os dias na Universidade e do meu esposo Walter que me apoiou sempre que precisei. Agradeço imensamente ao Dr. Milton Soldani Afonso por ter possibilitado a realização deste sonho através concessão da bolsa de estudos e à minha companheira de pesquisa, Jane, que sempre muito dedicada, responsável e divertida colaborou na elaboração e conclusão deste estudo.

Resumo

Este trabalho tem como tema a população de rua e a acessibilidade ao lazer. Seu objetivo está em compreender quais as possibilidades de acesso ao lazer das pessoas em situação de rua que usam os serviços oferecidos pelo Núcleo Santo Dias da Silva. Contudo, as temáticas abordadas neste estudo contribuem para que possamos entender quais as referências sobre o lazer na perspectiva das pessoas em situação de rua, observar quais os programas oferecidos pelo Núcleo Santo Dias da Silva, pesquisar quais os serviços oferecidos às pessoas em situação de rua na região de Santo Amaro na zona sul do município de São Paulo e compreender se a população em situação de rua do Núcleo Santo Dias tem possibilidade de acesso as atividades de lazer da instituição e do bairro de Santo Amaro. Essa pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas cuja análise se desenvolveu de forma interligada com os referenciais teóricos utilizados e com todos os dados obtidos por meio do Sistema de monitoramento das pessoas em situação de rua (SISRUA), como por pesquisas feitas pela Fundação Seade sobre os equipamentos culturais e de lazer. Com isso este estudo possibilitou identificar que esta população, mesmo com tantas dificuldades, tem necessidades de se integrarem em atividades que possibilitam além do divertimento uma maior socialização.

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem”.

Bertolt Brecht

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Rotina de Funcionamento do Núcleo Santo Dias – Atividades Gerais	62
Quadro 2 -Representatividade do universo de pesquisa do Núcleo Santo Dias	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição dos equipamentos culturais pelos bairros do município de São Paulo.....	52
Tabela 2- Distribuição dos entrevistados por grau de escolaridade	78
Tabela 3- Distribuição dos entrevistados por faixa etária	79
Tabela 4- Distribuição dos entrevistados por tempo de rua.....	79
Tabela 5- Distribuição dos entrevistados por tempo de rua e faixa etária	80
Tabela 6- Distribuição dos entrevistados por tipo de trabalho	80
Tabela 7- Distribuição dos entrevistados pelos significados que dão ao lazer e o grau de escolaridade.....	81
Tabela 8- Distribuição dos entrevistados pelos significados que dão ao lazer em comparação com a faixa etária	85
Tabela 9- Distribuição dos entrevistados de acordo com a identificação de espaços e atividades de lazer do Núcleo em comparação com a faixa etária ...	86
Tabela 10- Distribuição dos entrevistados pelo grau de participação nos espaços e atividades de lazer no Núcleo e faixa etária	88
Tabela 11- Distribuição dos entrevistados pela participação nos espaços e atividades de lazer no Núcleo e o grau de escolaridade.....	89
Tabela 12- Distribuição dos entrevistados a partir da identificação de espaços e atividades de lazer no bairro de Santo Amaro e da sua utilização.....	93

Tabela 13-Distribuição dos entrevistados pelo grau de utilização dos espaços e atividades de lazer no bairro de Santo Amaro e o tipo de trabalho .. 95

Tabela 14-Distribuição dos entrevistados pelas atividades de lazer que identificam como necessárias no Núcleo e o grau de escolaridade..... 96

Introdução	12
Capítulo 1	21
1.1 O que é trabalho?	22
1.1.1 Trabalho na sociedade capitalista: transformações e consequências	24
1.2 A pobreza como manifestação da questão social.....	32
1.2.1 A presença nas ruas e o estigma de vagabundos e preguiçosos: sobrevivência ou modo de vida?	37
1.3 A trajetória das políticas sociais no Brasil e a Política de Assistência Social.....	40
1.4 Lazer: definição e considerações	47
1.4.1 Políticas de lazer em São Paulo e o atendimento à população em situação de rua	51
1.5 Acessibilidade.....	54
Capítulo 2	57
2.1 A Associação Rede Rua e o Núcleo Santo Dias da Silva.....	58
2.1.1 Organização e funcionamento do Núcleo do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva	61
2.1.2 Atividades do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva	63
2.1.3 As atividades de lazer dentro do Núcleo Santo Dias da Silva	64
2.2 O bairro de Santo Amaro.....	68
2.2.1 Oportunidades de lazer na região de Santo Amaro.....	71
Capítulo 3	73
3.1 Metodologia	74
3.2 Perfil dos “conviventes” do Núcleo Santo Dias da Silva	78
3.2.1 Referências de lazer na perspectiva dos “conviventes” do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva	81

Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas	104
Anexos	111

Introdução

Ao falarmos de moradores de rua, provavelmente, uma das idéias que nos vêm à mente, fruto do pensamento hegemônico nesta sociedade, é que estes queiram levar uma vida sem compromisso, em que o morar na rua representa um alternativo modo de vida, dos desqualificados, desajustados e irresponsáveis.

No entanto, como afirma WANDERLEY no prefácio dedicado a ROSA, (2005), essa questão tem questionado não somente pesquisadores como também profissionais interessados no assunto, pois se passa a enxergar o morador de rua como um sujeito que está desprovido dos seus direitos sociais.

De acordo com a ideologia predominante no sistema capitalista, as pessoas vivem nessa situação, por não se esforçarem o bastante para conquistar seu espaço na sociedade e são culpabilizadas pela situação em que se encontram: a de situação de rua e desemprego.

Em meados da década de 60 e 70 ocorreu no Brasil um avanço tecnológico na agricultura. O Estado passou a investir na modernização agrícola a fim de ampliar as exportações, grande parte da população rural, que por sua vez enfrentava o desemprego, ocasionado pela mecanização da agricultura migrou para as regiões periféricas da cidade em busca de trabalho. Porém essa crescente urbanização trouxe para a população uma significativa precarização do seu modo de vida.

Na década de 80 a situação social ficou grave e tensa, pois os baixos salários acarretavam más condições de moradia, em que as pessoas além de viverem em cortiços e periferias gastavam o pouco que tinham se deslocando de suas casas até seus empregos. (RODRIGUES, 1999, p. 55)

A diversão, para RODRIGUES (1999), ficaria relegada a um segundo plano, pois a população por não ter condições de arcarem com o lazer, só tinham contato com este através dos programas de televisão.

Na década de 90 ocorreu a abertura ao capital estrangeiro e grandes investimentos do Estado na economia. O neoliberalismo passou direcionar

as políticas econômicas. Porém, essa década foi marcada pela estagnação da economia¹ devido às taxas de juros, impostas, sobretudo pela política do Fundo Monetário Internacional, pelas privatizações e terceirizações e pela precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego.

Ainda nos anos 90, ocorreu o aumento de uma população sobrando, excluída do mercado de trabalho, (IAMAMOTO, 2005, p. 158), pois este exigia um novo perfil do trabalhador, ágil e que conseguisse acompanhar o desenvolvimento tecnológico (ROSA, 2005, p. 31).

As precárias condições de vida e de trabalho, somadas ao aumento populacional nas grandes cidades brasileiras, resultaram no “agravamento da questão social” (ROSA, 2005: p. 39) e no aumento dos “miseráveis sem teto” (HOBBS, 1995, p. 396), pois basta andar pelas ruas para nos depararmos com um grande contingente de desabrigados, marcados, possivelmente, pela ineficácia das políticas sociais.

ROSA afirma que foi nessa década que surgiram outras denominações para a população de rua, tais como “desocupados”, “andarilhos”, “maloqueiros”, “desempregados industriais”, “albergados”, “vagabundos” entre outros (2005, p. 62-63). Para a autora, a denominação mendigo esconde que essas pessoas encontram-se na condição de trabalhadores, pois mesmo que não estejam trabalhando em empregos formais, elas desenvolvem atividades como catar papel e outros bicos como alternativos à sua sobrevivência (2005: p. 111).

O termo população de rua vem sendo utilizado desde 1991 pelo jornal *O Trecheiro*, uma publicação mensal da *Associação Rede Rua*.

Contudo, o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho está cada vez mais difícil, pois além do desemprego estrutural² também marcado pelas

¹ Disponível em <<http://www.pacs.org.br>>. Acesso em 26 jun. 2007.

² Para Pochmann o desemprego estrutural vem sendo causado principalmente por dois fatores, sendo um de natureza externa, marcadas tanto pelas novas tecnologias, responsáveis pela redução dos postos de trabalho, como pela expansão do comércio exterior gerado pela implantação das empresas estrangeiras, e o os de natureza interna como a excessiva quantidade de trabalhadores com baixa qualificação profissional e elevada rigidez nos contratos de trabalho. (POCHMANN, 1999, p. 46)

demissões em massa, na maioria das vezes o grau de escolaridade dessa população acaba não sendo proporcional às exigências do mercado de trabalho. Segundo ROSA (2005), mesmo com os esforços dos profissionais, que trabalham nos albergues, em indicar cursos a fim de atualizar e capacitar essas pessoas, não se pode negar que “recuperar o tempo perdido” em relação à educação precária é tarefa difícil. Com isso a população vai se desmotivando e adquirindo um sentimento de desesperança em relação a sua colocação no mercado de trabalho. (p. 117).

Essa desesperança também se reflete na falta de uma residência fixa, pois o fato de estarem na rua ou serem usuários de albergues os caracterizam como pessoas suspeitas e pouco confiáveis de se conseguir um trabalho. (ROSA, 2005: p. 123).

ROSA (2005) usa o termo população em situação de rua para designar todos aqueles que pelos mais diversos motivos estão vivendo nas ruas.

A situação que a população que vive na rua se encontra, não é de responsabilidade somente dos processos econômicos, mas também, como afirma ROSA (2005) da fragilização e da quebra dos vínculos afetivos e familiares, da exposição e envolvimento com a rede do tráfico e da questão da dependência química, sendo fatores que contribuem para uma possível explicação e esclarecimento do estar e viver nas ruas.

Além disso, as pessoas em situação de rua têm que conviver com a ineficácia e também inexistência de políticas públicas que propiciem a saída das ruas, geração de renda e autonomia (ROSA, 2005, p. 163).

O que possivelmente sobre para essa população é um histórico de fracassos e frustrações em que sem acesso aos direitos sociais³ tornam-se impotentes diante da vida e adotam a rua como única saída.

³ São direitos sociais a educação, saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

No entanto, assegurado pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5º inciso XV⁴, todo ser humano tem o direito de ir e vir em todo o território nacional. Sendo assim, quando uma pessoa não tem acesso a determinados lugares e espaços, ocorre uma violação desse direito.

A população em situação de rua poderia ser um exemplo dessa violação, já que esta raramente é vista em locais como museus, teatros, cinemas e etc. Geralmente, isso ocorre pelo fato destes lugares serem freqüentados por pessoas de maior poder aquisitivo, o que acaba afastando e favorecendo a uma sensação de não pertencimento das classes mais baixas.

A expansão urbana também tem sido um dificultador quando se trata de acessibilidade, pois há um percentual muito pequeno de locais destinados ao lazer nas regiões periféricas da sociedade. Enquanto isso, o lazer, que era para ser um direito social de todos, está cada vez mais, sendo vendido àqueles com maiores recursos financeiros.

Portanto é necessário compreender qual o real significado do termo “acessibilidade”, já que este tem um sentido mais amplo do que somente o acesso a espaços e serviços, ele também envolve qualidade, inclusão, autonomia e eqüidade.

Falar de lazer é falar também de particularidades, pois este é um tema que traz consigo diferentes concepções. Como afirma MARCELLINO (2003), para alguns o lazer é considerado como qualquer atividade que proporcione divertimento, satisfação e descanso, enquanto para outros é uma forma de ócio.

Por não ter uma definição absoluta o lazer tem se confundido com tempo livre, ócio e até mesmo desemprego (PADILHA, 2000), o que também vêm gerando a sua precarização, já que muitas atividades desenvolvidas, e

⁴ É livre a locomoção no território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

que estão mais próximas do consumismo, estão sendo consideradas como lazer.

Por sua vez, no sistema capitalista de produção muitos trabalhadores são obrigados a enfrentar longas jornadas de trabalho, além de se abster diante da opressão patronal a fim de se manter no emprego e garantir sua sobrevivência. Sendo assim, permanece o estigma abordado por MARCELLINO (2003), de que o pobre não pode desfrutar de momentos de lazer. O lazer é viável somente às classes abastadas que dispõem de tempo livre e não necessitam do trabalho para a sua subsistência.

Dentre tantos outros fatores que vêm contribuindo para o distanciamento do lazer em relação às camadas mais pobres, pode-se citar as aglomerações urbanas que levam a falta de espaços de uso público, a ausência de políticas públicas que atendam à população nessa esfera, a incompreensão do real significado do lazer que leva a modelos distorcidos do mesmo, o não reconhecimento de que ele é um direito e uma necessidade básica e também o aproveitamento por parte do empresariado que toma para si até mesmo o tempo livre dos operários.

Sendo assim, é preciso que os profissionais sejam “animadores culturais” com o objetivo de dar início ao processo de democratização e “revolução cultural” (MARCELLINO, 2003, p. 80). Lembrando que este processo de mudança também pode ser feito de baixo para cima a partir do momento em que o profissional adquira uma postura democrática e de incentivo contribuindo para que as pessoas tenham acesso às informações, reconheçam suas necessidades, seus direitos e entendam o que é participação (VASCONCELOS, 2000: p. 125).

Foi o interesse da pesquisadora⁵ em desenvolver um trabalho ligado ao seu campo de estágio⁶, que a fez pensar no lazer, já que este além de ser pouco estudado, também era pouco proposto.

⁵ Jane Ranelve Bezerra Sousa, estudante do 8º Semestre A da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, UNISA II.

⁶ Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.

A outra pesquisadora⁷, também tinha interesse em desenvolver um trabalho com moradores de rua, e abraçou a idéia.

A partir de leituras sobre o assunto, foi possível perceber que o lazer realmente tinha uma ligação com moradores de rua, quando estudado não como uma forma alienante de bem de consumo, imposto pelo sistema capitalista, mas sim como possibilidade de socialização e humanização. O lazer, não é considerado como uma necessidade básica, o que vem a ser um equívoco, uma vez que é fundamental para o fortalecimento das relações humanas. MARCELLINO (2000), afirma que é preciso estabelecer políticas públicas de lazer que valorizem além da diversão, o descanso como algo inerente às necessidades básicas do homem.

A partir dessa perspectiva, o campo de pesquisa escolhido foi o Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, um dos projetos da Associação Rede Rua⁸, com capacidade para atender 80 homens com idade de 18 a 60 anos ou mais. Tem como objetivos, inserir os “conviventes” no mercado de trabalho a fim de promover sua autonomia e reconquistar a cidadania dos homens em situação de rua.

O Núcleo atende pessoas encaminhadas de outros albergues das cidades, sendo também um trabalho de continuidade à Pousada da Esperança. Através das oficinas dos cursos de profissionalização e dos trabalhos sócio-educativos o Núcleo busca recursos que possam promover a inclusão social e a reconquista da auto-estima dos “conviventes”.

Esses homens, geralmente têm alto comprometimento com álcool, drogas, perderam o trabalho e os vínculos com a família. Alguns não têm estrutura alguma na cidade. São migrantes que não têm emprego e nem

⁷ Lucila de Freitas Oyama, estudante do 8º Semestre A da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, UNISA II estagiária do Núcleo da 3ª idade da UNISA I.

⁸ Trata-se de uma ONG sem fins lucrativos cuja atenção está voltada para o atendimento à população em situação de rua a partir da construção de uma rede de solidariedade e cidadania, que por meio dos projetos desenvolvidos visa à inclusão social dessa população alvo.

dinheiro para voltar ao seu lugar de origem. São homens que não têm moradia, estando na rua já algum tempo.

Essa realidade trouxe para as pesquisadoras uma questão de interesse para investigação relacionado ao problema. Assim, indagamos: o lazer, considerado pela sua superficialidade e dispensabilidade, não poderia ser um ângulo capaz de contribuir para entender o estigma de “vagabundos” e “preguiçosos”, carregados pelos pobres?

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, o que possibilita entender de forma mais aprofundada essa temática tão complexa. O método utilizado foi a entrevista semi-estruturadas com perguntas abertas.

Desta forma, estruturamos o trabalho em três capítulos.

No Capítulo I, discutimos o conceito de trabalho, qual o seu papel no desenvolvimento humano e como ele está diretamente ligado às condições de vida que, seja pela falta do mesmo ou por sua precarização, acabam se tornando precárias. Escolhemos trazer esta reflexão porque o nosso universo de pesquisa é composto por 54 homens que exercem algum tipo de atividade tanto formal como informal, então desta forma julgamos procedente abordar a categoria trabalho, pois se faz necessário compreender como esse conceito veio se transformando ao longo do tempo e como vem influenciando na vida da população. O trabalho, neste capítulo, foi visibilizado desde o seu significado original, em que inicialmente explicamos o seu sentido ontológico, perpassando pelas crises do sistema feudal, o qual o valor de uso cedeu lugar ao valor de troca, até os dias atuais caracterizando os novos modelos de produção e evidenciando o conceito de emprego, em que a venda da força de trabalho humano acaba por determinar as relações entre empregado e empregador.

Explicamos também como esse conceito de emprego contribui para a alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho, já que este não é mais o dono dos meios de produção nem daquilo que produz, e quais as conseqüências disso para a classe trabalhadora.

Falamos também dos diferentes conceitos de pobreza. Sua intensificação com o fenômeno da Revolução Industrial e suas consequências para a população.

A presença nas ruas e o estigma de vagabundos e preguiçosos também foram abordados neste capítulo. Aqui procuramos evidenciar alguns dos fatores que levaram a população a viver nas ruas, bem como as limitações que certas nomenclaturas trazem, já que acabam por impossibilitar uma análise mais profunda da realidade. Ainda em relação a esse estigma explicamos como o fato de ser pobre caracteriza as pessoas como perigosas.

Discutimos também sobre as trajetórias das políticas sociais no Brasil e como elas sempre estiveram relegadas a um segundo plano devido ao permanente caráter desenvolvimentista do nosso país e sua dependência de economias estrangeiras.

O lazer foi estudado não somente como uma atividade da qual o homem ocupa o seu tempo livre. Aqui esse tema foi tratado como algo que vai além do ócio. Ele foi visto como um meio que possibilita a socialização e a libertação dos indivíduos trazendo novos conhecimentos e experiências. Através de um levantamento feito pela Fundação SEADE sobre a quantidade de equipamentos de lazer que estão distribuídos pelas regiões do município de São Paulo foi possível a constatação de que pouco se investe em políticas públicas voltadas para o lazer, já que este vem sendo banalizado e superficializado pela sociedade capitalista, que o restringe apenas ao consumo de bens e serviços.

Abordamos os diferentes conceitos de acessibilidade, pois estes se relacionam tanto com as oportunidades de participação quanto ao uso pleno e seguro dos espaços físicos.

No Capítulo II descrevemos a Associação Rede Rua e o Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, campo escolhido para a realização dessa pesquisa. Aqui explicitamos quais os objetivos, filosofia, critérios de seleção, organização e o perfil das pessoas atendidas pela instituição. Além dessas características, procuramos de forma geral, evidenciar o papel do assistente

social dentro do Núcleo bem como caracterizar as atividades oferecidas pela instituição.

Contudo, demos maior ênfase nas atividades de lazer oferecidas pelo Núcleo Santo Dias. Ao descrevemos essas atividades procuramos explicitar os objetivos de cada uma delas e como elas podem contribuir tanto para a socialização como para a reconstrução da cidadania.

Devido ao Núcleo estar localizado no bairro de Santo Amaro, fizemos um resgate histórico que vai desde sua origem até os dias atuais.

Identificamos também as oportunidades de lazer existentes neste bairro a fim de entender se a população de rua realmente tem acesso a essas atividades quais as referencias dessa população sobre o lazer.

O Capítulo III corresponde à análise das falas dos sujeitos de pesquisa. Essa análise foi feita de forma articulada com os temas abordados nos capítulos anteriores, o que possibilitou conhecermos as percepções que os sujeitos de pesquisa tinham em relação à temática proposta e quais as possibilidades de acesso que eles tinham em relação ao lazer oferecido tanto pela instituição como pelo o bairro de Santo Amaro. Nesse capítulo vimos a riqueza das falas dos sujeitos e suas expectativas.

As Considerações finais apresentam as novas descobertas e quais os possíveis caminhos para que essa população possa, de fato, ter acesso a atividades que proporcionem, além do lazer, uma maior socialização e reconstrução de vida.

Para o Serviço Social, este estudo poderia ser importante para entender o lazer como necessidade e possibilidade de vida.

CAPÍTULO I

“É trabalhar, ir no final de semana no Ibirapuera, encontrar amigos, ir na igreja porque a gente precisa sair um pouco desse mundo agitado. Ir para a cidade ver um teatro de rua, conhecer pessoas novas, faço tudo isso, vou no Ibirapuera”.

M.A, 56 anos.

1.1-O que é trabalho?

O trabalho está intrinsecamente ligado com a produção e reprodução humana, pois existe desde o instante em que o homem começou a agir para transformar a natureza e modificar o ambiente a sua volta a fim de satisfazer suas necessidades.

Contudo esse conceito vem adquirindo diferentes interpretações ao longo da história.

De acordo com ALBORNOZ, o trabalho ora pode proporcionar aos indivíduos o sentimento de satisfação e realização pessoal como também pode se transformar em algo fatídico capaz de causar dor e tortura àqueles que o exercem. (2000, p. 08).

Quando relacionado ao sentimento de satisfação e realização, o trabalho transforma-se no criador de uma identidade social em que o homem cria, inova e se reconhece naquilo que produz sendo valorizado e prestigiado por suas ações, se tornando o único agente transformador do seu destino.

A partir daí cria-se vínculos entre as ações humanas sobre a natureza, pois para modificá-la o homem inventa meios para atingir a sua finalidade que é a satisfação de suas necessidades.

No sentido ontológico da palavra, o trabalho é algo inerente à própria condição humana não havendo nenhuma separação entre o ato de criar e o resultado que é transformação do meio em que vive.

Talvez, seja devido a esta necessidade que o homem tem de trabalhar que este, diante do terror do desemprego, acabe se submetendo às condições desgastantes e torturantes de trabalho a fim de garantir a sobrevivência de si mesmo e de sua família.

Além disso, a sociedade exerce uma forte pressão no sentido de que o homem precisa trabalhar para adquirir sua dignidade e caso isso não aconteça ele passa a ser visto sob o estigma de vagabundos e preguiçosos. Esse estigma se refere àqueles que não têm nenhuma ocupação e que não

contribuem nem para o seu próprio sustento. Segundo essa idéia, BRESCIANI (2004) afirma que para o homem fazer parte da sociedade é necessário que ele esteja integrado no mercado de trabalho. Porém, esse estudo vai buscar, em seu decorrer, desmistificar essa idéia, já que não é só pelo fato de estar excluído do mercado de trabalho que o homem deixa de ser aceito pela sociedade e de fazer parte desta.

1.1.1 O trabalho na sociedade capitalista: transformações e consequências

Durante toda a história da humanidade o trabalho sofreu e vêm sofrendo diversas alterações e essas acabam por transformar, também a organização da sociedade.

O trabalho, inicialmente, visto como complementar, quando o homem extraía o que a natureza já havia se incumbido de produzir passou a exigir um maior esforço a partir do descobrimento do cultivo agrícola, quando foi necessário se plantar para colher (ALBORNOZ, 2000, p. 16-17).

A mesma autora afirma ainda que a partir da agricultura e do cultivo de terras o homem concluiu que o fato dele aplicar seu esforço e seu tempo no plantio tornava o espaço por ele cultivado, sua propriedade. Dessa forma, todo alimento que sobrava era trocado entre os agricultores e artesãos e posteriormente passou a ser vendido nos burgos⁹.

Esses burgos eram segundo MARTINELLI (2003), “verdadeiros centros de poder”, pois devido ao intenso fluxo de riquezas, os burgueses¹⁰ mantinham o controle de toda a economia.

Diferentemente dos feudos¹¹ em que a economia se dava através da relação servo e senhor, na qual os servos cultivavam as terras dos senhores a fim de manter sua subsistência, dando em troca parte da produção, a economia nos burgos se dava por meio do acúmulo da riqueza e do lucro.

Esse acúmulo era consequência das intensas crises dentro do sistema feudal, pois como aponta MARTINELLI:

(...) Os séculos XIV e XV vão encontrar, porém, o feudalismo imerso em graves crises, de um lado decorrentes da

⁹ Pequenas cidades onde se estabeleciam todo tipo de comércio.

¹⁰ Comerciantes que viviam nos burgos.

¹¹ Feudo era uma propriedade de terra na qual o senhor feudal concedia ao seu servo ou vassalo para que este a cultivasse a fim de manter sua subsistência e a de sua família. Em retribuição, o vassalo deveria prestar serviços ao senhor feudal, pagar impostos e oferecer lealdade e segurança, além de uma parte de toda a produção cultivada na terra.

intensa difusão das transações monetárias em seu interior e de outro da desintegração da estrutura feudal em função do amadurecimento de suas próprias contradições internas. Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, sobretudo a partir da primeira metade do século XV, as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial, as trocas se tornam cada vez mais complexas, pois passam a ter como objetivo a acumulação da riqueza e o lucro. (2003, p. 31)

Com isso houve uma nítida separação entre camponeses, no caso os servos, e os donos da propriedade, os senhores feudais. Esses proprietários se transformaram em comerciantes e monopolistas, já que tinha livre acesso as terras dentro dos burgos e passaram a controlar toda a economia. Ascendia aí uma classe cada vez mais rica e próspera.

Segundo o apontamento feito por MARTINELLI, (2003):

(...) A separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, a divisão social do trabalho(...) Aquela economia natural da sociedade medieval entra em compasso de descaracterização progressiva, sendo aceleradamente substituída por novas formas de troca, que acentuam a separação entre o proprietário e o produtor. (p. 31)

Os camponeses, que não possuíam mais terras para cultivar, viam-se obrigados a se subordinarem aos comerciantes donos da propriedade e dos meios de produção. Com isso o trabalho assalariado se tornou cada vez mais freqüente, pois a mesma autora afirma que:

O intenso desenvolvimento do capitalismo, em sua fase mercantil se fez acompanhar da criação de uma força de trabalho assalariada e destituída dos meios de produção. A trajetória do trabalhador se deu em rota oposta à da burguesia, pois à medida que ela foi determinando seu alijamento dos meios de produção, a começar da terra, passando em seguida por suas atividades artesanais, o trabalhador foi sendo compelido a se submeter ao trabalho assalariado, indispensável para prover sua subsistência familiar(...) A essa altura, o modo de produção legado da sociedade feudal já havia se subordinado plenamente ao capital, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político, parametrados pelas concepções e pelos objetivos da burguesia. (MARTINELLI, 2003, p. 32-33)

O aumento dos centros comerciais e da procura por produtos levou a necessidade de uma transformação nos modelos de produção antigos,

ocasionando a chamada “divisão do trabalho” em que cada trabalhador passou a executar apenas uma parte no processo de produção (BRESCIANI, 1994, p. 90).

Esse novo modo de produção era condição determinante para que houvesse uma transformação nas relações sociais entre os homens e entre eles as forças produtivas, pois parafraseando MARTINELLI (2003), essas relações são definidas pela posse privadas dos meios de produção.

Para a autora:

Definia também, como consequência, uma nova estrutura social, pois a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que representava apenas uma minoria da sociedade determinava o aparecimento de uma outra classe, constituída por aqueles que nada tinham, a não ser a sua própria força de trabalho. (MARTINELLI, 2003, p. 29)

Na sociedade capitalista o trabalho é tido somente como um meio de produzir e acumular riquezas. Não existe mais a finalidade de garantia de necessidades humanas, agora ele é tido somente como um meio de subsistência já que houve uma inversão na posse dos meios de produção.

Se antes os trabalhadores criavam seus próprios meios de produção a fim de atingir seus objetivos, com o surgimento do capitalismo isso se descaracterizou, pois eles não possuem mais esses meios. Os trabalhadores vendem a sua força de trabalho para os donos do capital a fim de adquirir, o que é para eles, o produto final, o salário. Sendo assim, a hierarquia presente no processo de produção gera uma desigualdade em que o comando e o planejamento ficam a cargo dos capitalistas, enquanto que a execução e a subordinação são atributos dos operários. Estes produzem mercadorias que, em muitos casos, não podem adquirir e ainda são privados de parte de seus salários, já que os donos do capital embolsam uma porcentagem do valor integral que deveriam receber, a mais valia¹².

¹² Mais valia significa a materialização do trabalho excedente, ou seja, é o trabalho não pago. Não é o dinheiro adquirido na venda e sim no processo de produção. Comentário extraído da aula de Processos de Trabalho da professora Sônia Maria de Almeida Figueira no dia 01/10/07.

O que significa dizer que com o novo modelo de produção seguido pelo desenvolvimento tecnológico, os trabalhadores passaram a produzir mais do que a sociedade precisava criando uma produção excedente. Essa produção excedente ficou nas mãos dos capitalistas os quais se enriqueciam com o lucro não pagando o esforço exercido pelos trabalhadores no processo de produção.

Esse modelo de produção, ao mesmo tempo individualista e coletivo¹³, contribuiu para o desenvolvimento do sistema capitalista ao aumentar o nível de produção através do trabalho individual e especializado, já que o fato de fazerem o mesmo procedimento durante um longo período de tempo os tornava ágeis e praticamente perfeitos em suas funções, porém, esse método também impossibilitava o desenvolvimento de suas habilidades fazendo com que se tornassem incompletos¹⁴.

No contexto da venda da força de trabalho, surge o conceito de emprego, pois a partir do instante em que o homem oferece o seu trabalho como moeda de troca cria-se uma relação mais estável e duradoura entre o que vende e o que compra a força de trabalho. Tem-se então estabelecido um contrato que determina como serão as relações sociais entre empregado e empregador.

IAMAMOTO (2008) afirma que:

Essa condição histórica torna o indivíduo que trabalha condenado, pela divisão social do trabalho, à pobreza virtual, porque destituído de qualquer propriedade que não sua força de trabalho, que em si é mera potência ou capacidade e só pode realizar-se ao encontrar lugar no mercado de trabalho, quando demandados pelos proprietários do capital. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. (p. 379)

¹³ Individualista e coletivo porque apesar dos operários trabalharem individualmente fazendo apenas uma parte no processo de produção, era o trabalho coletivo que levava ao produto final.

¹⁴ Comentário extraído da aula de Processos de Trabalho da professora Giuseppina Rosária de Grazia no dia 05/03/08.

As relações sociais oriundas da relação capital e trabalho vêm caracterizando o que IAMAMOTO (2008), chama de banalização do ser humano, pois o capital transforma as relações humanas em coisas em que a força de trabalho é vista como uma simples mercadoria.

É também dentro do conceito de emprego, que o homem transforma-se num ser alienado em que este não apresenta mais nem a finalidade do trabalho nem o domínio sobre o processo de produção, pois tudo o que ele produz não lhe pertence.

Segundo MARX (1975) a alienação¹⁵, como uma consequência do processo de produção capitalista, contribuiu também para o desenvolvimento deste. O trabalhador era impedido de progredir porque estava alienado dos meios de produção, do domínio de seu próprio corpo que era coordenado tanto pela máquina quanto pelos capitalistas, do produto criado, o qual não tinha condições de adquirir, muitas vezes pelo seu alto custo, sendo que este absorvia sua força de trabalho e também a dos outros operários que também eram vítimas desse desenvolvimento. Explicitando esta forma de alienação MARX (1993) afirma que:

(...) o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para os trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transformam os outros em máquinas, produz inteligência, mas também produz estupidez e cretinismo para os trabalhadores (p. 161).

O sistema capitalista é tão alienante que faz com que os próprios trabalhadores contribuam para o ciclo da pobreza, como será discutido adiante, através das variadas formas de alienação e também pela privação de parte de seu salário por meio da posse da mais-valia. Cada vez que os

¹⁵ De acordo com MARX (1993) a alienação ocorre tanto na relação do homem com aquilo que ele produz, como na alienação de si mesmo durante o processo de produção e também na relação uns com os outros. Sendo assim, cada vez que o operário produz um objeto ele se esvai de parte de sua vida e de sua força produtiva, passando estas a pertencer ao objeto criado, dessa maneira o operário se aliena de seu próprio corpo e acaba vendo os outros trabalhadores do mesmo modo que se vê.

operários se esforçam para produzir mais, maior é o valor que lhes é retirado e dessa forma a conquista da independência se torna ainda mais distante.

Nota-se que paralelamente ao desenvolvimento capitalista, têm-se o crescimento de uma população miserável, pois o aumento da riqueza - ocasionado pelos interesses e medidas ambiciosas dos capitalistas, que buscam sempre aumentar o lucro e que para isso precarizam as formas de trabalho, os direitos trabalhistas e fazem uso do avanço tecnológico - é pago com o aumento da pobreza.

Segundo IAMAMOTO (2008):

(...) Crescem as desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, potenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre a grande maioria. (p. 21)

Além disso, as lutas por melhores condições de vida sempre foram reprimidas durante a história pelo poder estatal, representativo da ordem burguesa e das classes dominantes, por meio de punições e de direitos concedidos como benefícios a fim de calar a voz do povo e garantir a continuidade no processo de acumulação.

No Brasil, os “30 anos gloriosos” que vai do pós-guerra até meados dos anos 70, de acordo com IAMAMOTO (2005 – a) expressam bem a questão da exploração trabalhista e de seu controle, pois com o taylorismo¹⁶ e o fordismo¹⁷ como métodos de produção os operários eram extremamente controlados por relógios, cronômetros e pela rígida estrutura da linha de

¹⁶ Taylorismo é um modelo de produção que visa o domínio técnico a partir da racionalização da produção, por meio da divisão de tarefas simples e pequenas para cada operário e o domínio político para domesticar e tornar “dócil” o trabalhador. Estes eram organizados de maneira hierarquizada e sistematizada. O maior símbolo do taylorismo é o relógio e o cronômetro.

¹⁷ No fordismo existia uma divisão entre os que planejavam e os que executavam, além de ter as mesmas características da segmentação de funções que visava a produção em massa para um consumo em massa.

produção em que, se um trabalhador parasse por algum motivo a sua função, a produção inteira era prejudicada.

A autora afirma ainda que nesse período o Estado se utilizou de estratégias como o aumento dos salários e das políticas sociais a fim de amenizar a insatisfação dos operários e para que tivessem mais dinheiro para o consumo, porém, mesmo com essas medidas os operários continuaram insatisfeitos, fazendo greves e manifestações contra o modelo rotineiro e repetitivo.

A crise econômica que marcou o início da década de 70, com a queda de lucros, aumento da dívida externa e da inflação levou os donos do capital a tomarem medidas como: demissões em grande escala, principalmente dos operários mais revolucionários, além de investir no processo de globalização e num novo método de produção, mais flexível, baseado no toyotismo¹⁸ (GRAZIA, 2007, p. 136).

CASTRO (2005) afirma que a flexibilização do novo processo de produção, ou seja, o trabalho dividido e especializado, mesmo com um baixo número de maquinários avançados conseguiu produzir mais do que países que tinham mais acesso às novas tecnologias (2005, p. 34 – 35). Diante desse fato percebe-se que o nível de exploração ao quais os trabalhadores eram submetidos, e ainda hoje são, era muito grande.

Entre essas transformações nos modelos de produção, a externalização da produção¹⁹ com a precarização das formas de trabalho, o aumento do mercado informal e da terceirização são também responsáveis pela manutenção e aumento das condições de pobreza e miséria no país.

Contribuindo, também, para a manutenção e aumento da pobreza, o Estado brasileiro que é pouco interventivo quando se trata da construção e

¹⁸ Toyotismo é um modelo de produção que tem como objetivo adaptar a produção às novas necessidades flexíveis do mercado, superar o desinteresse do trabalhador e retomar o controle sobre eles, além de fazer um estoque mínimo e combater o desperdício.

¹⁹ A externalização da produção ocorre quando as empresas optam por contratar serviços terceirizados, de cooperativas, de pessoas que trabalham em suas próprias casas em vez de ir a empresa. Dessa forma, tem-se um gasto mais baixo com funcionários e também com as despesas da empresa. Comentário extraído da aula de Processos de Trabalho da professora Giuseppina Rosária de Grazia no dia 16/04/08.

aplicação de uma política de proteção social digna, está ainda mais preocupado com o desenvolvimento econômico e com os interesses próprios de seu corpo administrativo do que com o bem estar de sua nação ficando essa, relegada eternamente a um segundo plano.

As novas formas de organizar a produção a fim de torná-la mais ágil e flexível e com menores custos contribuíram para que o mundo do trabalho sofresse algumas transformações.

Com o fim do taylorismo-fordismo e a implantação do toyotismo o trabalho ficou muito mais intensificado, pois se passou a produzir muito mais em menos tempo.

Os horários dos trabalhadores se tornaram mais flexíveis, pois eram adaptados de acordo com as necessidades da empresa, já que o envolvimento com as metas do local de trabalho era adotado com veemência pelos trabalhadores.

Contudo, essa nova forma de gerir o trabalho trouxe conseqüências para a classe trabalhadora, como por exemplo, a precarização e a terceirização, que traz condições insalubres de trabalho, danos físicos e morais além da intensa exploração exercida pelo capital.

Já para o capitalismo o que se tem é a hegemonia sobre os meios de produção, além do enriquecimento e o aumento da mais valia.

É dentro de todo esse contexto que está inserida a população em situação de rua. População esta, que faz parte da classe trabalhadora, pois conforme GRAZIA (2008) a classe trabalhadora deve ser compreendida em seu sentido amplo, englobando não somente a população produtiva e ativa. Ela é composta inclusive pelos trabalhadores improdutivos, excluídos do mercado, pelos precarizados e subempregados.

1.2 A pobreza como manifestação da Questão Social

O fenômeno da pobreza traz em seu bojo diferentes conceitos em que somente através do entendimento de sua complexidade, é possível, como afirma CRESPO e GUROVITZ (2002), “formular políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema”.

Desde as sociedades mais antigas que se pode perceber a existência de condições de pobreza e desigualdade na vida dos seres humanos.

Porém, foi com a primeira onda industrializante provocada pela Revolução Industrial na Inglaterra no século XIX, porta de entrada para o surgimento do capitalismo industrial, que se intensificou o fenômeno do pauperismo. NETTO (2004) aponta que esse fenômeno expressava à maciça e absoluta pobreza da população trabalhadora da época.

Foi nesse período que houve as primeiras substituições da mão de obra humana pelas máquinas, em que não era mais necessária grande quantidade de pessoas dentro do sistema de produção. Isso fez com que muitas pessoas perdessem seus empregos e vivessem em extrema pobreza, pois devido à falta de salários, para o consumo de bens e serviços, as condições de vida eram cada vez mais precárias.

O autor acima afirma que sem acesso aos meios produtivos²⁰, eleva-se o número de pessoas pobres, já que “a pobreza crescia na razão direta que aumentava a capacidade de produzir riquezas”.

Significa dizer que ao mesmo tempo em que a sociedade era capaz de produzir as riquezas sociais aumentando os bens e serviços, pois tinha meios mais avançados para tal, as pessoas não tinham acesso a eles, ora pela perda do salário, consequência do desemprego, ou ora pelos salários insuficientes que mal davam para atender suas necessidades básicas, o que acabava contribuindo para o aumento da pobreza.

²⁰ Nas sociedades anteriores às sociedades burguesas as pessoas tinham acesso a terra e produziam, mesmo de forma limitada, o seu próprio alimento. Com a industrialização essas pessoas foram expulsas de suas terras e não tinham mais acesso aos meios produtivos.

Segundo BRESCIANI (1994), a pobreza era tratada pela sociedade²¹ como uma questão moral em que as pessoas devido as suas fraquezas físicas e morais não se interessavam pelo trabalho. Por não se interessarem em trabalhar acabavam sendo vistas sob a ótica de vagabundos.

A essas pessoas restavam os cuidados proporcionados pelo que a autora chama de “caridade pública e privada” que os ajudava nas privações oriundas da situação de desemprego. (2004, p. 44).

Para CASTEL (2004), toda essa situação de vulnerabilidade está inserida dentro dos processos que se originam nos grandes centros urbanos, em que, conforme suas reflexões apontadas por ROSA (2005) tem-se a precarização do trabalho, a perda do trabalho assalariado e dos meios de proteção social, restando para esse grande contingente de pobres somente inseguranças e incertezas.

Por estarem em condições de extrema pobreza e miséria, esses excluídos sociais²² perdiam sua identidade se tornando o que BRESCIANI denomina de uma “miríade de fantasmas” em que sua condição de ser humano dotado de características específicas era substituída pela condição de mero habitante dentro de um “aglomerado urbano”. (1994, p. 11:56).

Mas afinal, o que é pobreza? De onde ela vem? Como surge? Quais seus efeitos na vida das pessoas?

Responder a essas perguntas é tarefa bastante complexa, pois como foi dito no começo deste capítulo, a pobreza engloba inúmeros conceitos.

²¹ BRESCIANI refere-se à sociedade inglesa do século XIX que influenciada pelos legados de John Locke e Adam Smith, via no trabalho a fonte de toda a riqueza. (2004, p. 80).

²² CASTEL (2004) aponta para a o perigo de se usar os termos exclusão/excluídos, pois o emprego desses dois termos acaba levando para dois caminhos, em que deixa-se de lado a investigação das dinâmicas sociais, necessárias para o entendimento dos desequilíbrios sociais, e rotula-se negativamente a situação de pobreza vivida pelas pessoas.

Definiremos aqui a pobreza como uma das manifestações da Questão Social. Questão que não está ligada somente ao fenômeno do pauperismo²³ como apontava CASTEL (2004).

Ela está ligada diretamente as tensões aos conflitos sociais de uma parcela da população que por meio de manifestações as tornam perceptíveis e pública a fim de transformá-las em demanda política. (WANDERLEY, 2004, p. 59).

IAMAMOTTO (2005) a define como o resultado das manifestações de conflitos entre o capital e trabalho, gerando processos de desigualdades que se manifestam na pobreza, na miséria, na fome entre outros. A autora também afirma que a Questão Social se caracteriza como um processo de rebeldia em que a classe trabalhadora, por viverem em más condições, se manifesta contra a ordem e resistem dentro do sistema capitalista.

Dentro desse contexto da Questão Social, a pobreza engloba diferentes concepções.

Dentre elas pode-se ter aquelas que estão ligadas aos juízos de valores, em que se analisa a pobreza somente com um olhar subjetivo, expressando sentimentos e emoções, mas sem nenhuma análise do real ou da situação concreta da falta de recursos.

Outra análise que se faz sobre a pobreza é que ela estabelece uma relação direta com o contexto macroeconômico. Nesse contexto a sociedade acaba padronizando a qualidade de vida e definindo como pobres todos aqueles que estão abaixo da distribuição de renda. (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Há também os conceitos de pobreza absoluta e relativa. No primeiro conceito, significa que o homem se comparado a outro, tem menos recursos desejados, como renda, emprego ou poder. O segundo refere-se à

²³ CASTEL (2004) contextualizava a Questão Social explicitamente nos anos de 1830, em que devido a Revolução Industrial as pessoas viviam em extrema pobreza. Era o chamado pauperismo.

porcentagem de uma população que se encontra abaixo daquilo que se é estabelecida como padrão mínimo ou suficiente de necessidade²⁴.

YAZBEK afirma que:

A noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações. Embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo) e emprego, ao lado de usufruto de recursos sociais que interferem no padrão de vida, tais como, saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Os critérios ainda que não homogêneos e marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo portanto excluídos, em graus diferenciados da riqueza social. (YAZBEK, 2003, p. 62).

PAUGAN citado por ROSA (2005) afirma que a pobreza se constitui num “processo” e não num “estado”. Também afirma que toda definição estatística de pobreza coloca as pessoas, marcadas por características heterogêneas, dentro de um mesmo grupo. Isso acaba ocultando a questão essencial que levou a essas pessoas a viverem sob as intensas dificuldades.

Para SEN (1999), o conceito de pobreza vai muito mais além do que um padrão de renda pré estabelecido que define como pobres todos aqueles cuja renda está abaixo desse padrão. Para ele esse conceito refere-se à privação das capacidades básicas do ser humano. Tais capacidades consistem na forma de como o homem realizará atividades necessárias ao seu desenvolvimento em sociedade. Porém a realização dessas atividades varia de acordo com as condições de vida das pessoas, pois se essas condições não forem boas, o desenvolvimento humano fica prejudicado.

A pobreza causa profundas marcas à população como aponta YAZBEK:

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do

²⁴ Disponível em <HTTP: // www.rae.com.br / artigo / a pobreza como fenômeno multidimensional>. Acesso em 05 Abril 2008.

trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais em que muitas vezes se ocultam a resistência e a capacidade dessa população de lutar cotidianamente para sobreviver. Sinais que muitas vezes expressa também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem nenhuma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la (YAZBEK, 2003, p. 61).

Portanto nota-se que há muitas definições sobre o que seja a pobreza, pois sua concepção é moldada de acordo com o ponto de vista de quem vai estudá-la.

1.2.1 A presença nas ruas e o estigma de vagabundos e preguiçosos: sobrevivência ou modo de vida?

Outra manifestação da Questão Social está na problemática que envolve a população de rua, pois segundo ROSA (2005), as grandes transformações no mundo do trabalho, como abordamos anteriormente, a piora das condições sociais²⁵ nos anos 80, apontadas por WANDERLEY (2004), contribuíram para o crescimento quantitativo dessa população.

A presença de uma população pobre nas grandes cidades acaba configurando a própria estética da sociedade, pois segundo BRESCIANI:

E, nas ruas, a multidão é uma presença. Seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, sejam na apreensão de detalhes seus exploráveis até certo ponto, o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre os emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade. (BRESCIANI, 1994, p. 8).

Com o avanço tecnológico na agricultura²⁶ nas décadas de 60 e 70 ocasionou o que IAMAMOTTO (2005-a) chama de um “massivo êxodo rural” em que milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades, o que derivou num grande “inchaço” dos centros urbanos. Essas pessoas em busca de trabalho acabaram ocupando as periferias das cidades e tiveram uma intensa precarização do seu modo de vida, como afirma YAZBEK:

Expressando os resultados de uma complexa dinâmica, a condição de vida na Grande São Paulo perde qualidade e a luta pela sobrevivência da população de baixa renda é maior do que no início da década, num quadro em que questões como moradia, trabalho, saúde, educação, transporte e segurança se agravam crescentemente. (YAZBEK, 2003, p. 16).

²⁵ WANDERLEY (2004) aponta para o agravamento da pauperização, da violência, do tráfico de drogas juntamente com o desemprego e subemprego que contribui para a deteriorização da qualidade de vida.

²⁶ Esse avanço tecnológico é traduzido por MAZZALI (2000) como uma reformulação da agricultura dentro do padrão de acumulação, ou seja, as atividades agrícolas seriam modernizadas a tal ponto para se criar um complexo agroindustrial.

ROSA (2005) afirma que a presença de pessoas vivendo nos espaços públicos das cidades está ligada aos problemas que ocorrem tanto no plano internacional referentes às mudanças no mundo do trabalho, como também na forma de como a sociedade se organiza. Sociedade marcada pela concentração de renda nas mãos de poucos, desigualdades sociais, desemprego, más condições de moradia etc.

Observa-se também uma estreita relação entre a ocupação desses espaços públicos em que as pessoas moram e sobrevivem com a situação de desemprego, pois:

A instabilidade do mercado de trabalho acentua a extrema exploração do trabalhador e força-o a residir no centro da cidade, próximo aos lugares onde sua busca de emprego ocasional se faz possível a cada manhã. Nessas áreas, a superpopulação acelera e piora as condições sanitárias das moradias (BRESCIANI, 1994, p. 37).

Contudo, essa classe pauperizada ainda vem sendo vítima de preconceito e do estigma imposto pela sociedade de que são vagabundos, preguiçosos e desocupados, pois há uma nítida diferenciação entre o pobre que trabalha e está inserido na sociedade e o pobre que não trabalha. Este, segundo o apontamento feito por BRESCIANI (1994), apesar de estar temporariamente sem emprego, é visto, mesmo que temporariamente como parte integrante da vasta classe de vagabundos.

KOGA (2003) aponta que ainda existe a visão por parte da sociedade de que as classes pauperizadas representam o sinônimo de classes perigosas, suspeitas de todos os atos de vandalismo e violência. Para ela trata-se de uma classe que diariamente vê-se obrigada a lutar pela sua sobrevivência, tanto física, devido à falta de recursos, como moral, já que são eternamente suspeitos.

Segundo CASTEL (2004), os termos de “vagabundos” e “mendigos”, impossibilitam o aprofundamento necessário para analisar e enfrentar o que ele chama de “turbulências sociais”. Ele afirma que só através do “livre acesso ao trabalho” e da “abertura do mercado de trabalho” é que essa problemática terá fim.

A rua, para essa população, passa a adquirir dois conceitos apontados por ROSA: o de abrigo, para aqueles que sem “recursos” dormem embaixo de viadutos, pontes, bancos de praças, e o de um modo de vida em que se estabelece uma ampla rede de relações fazendo da rua o seu habitat. (2005, p. 42).

O perfil atual dessa população que vive e mora nas ruas, não se restringe somente aos negros, imigrantes em busca de emprego ou aos de baixa escolaridade e desempregados.

Trata-se agora de uma população marcada por características heterogêneas em que é visível a presença daqueles que já tiveram empregos formais, dos chefes de famílias e inclusive dos diplomados que até mesmo falam outra língua.

Essas pessoas além de arcarem com a ausência do Estado no campo social, pois este delegou a responsabilidade de prover o bem estar da população à própria sociedade civil, ROSA (2005), ainda têm que conviver com o descaso e a inexistências de políticas públicas que propiciem direitos às camadas mais empobrecidas da sociedade.

Em se tratando da permanência dessa população nas ruas, a autora afirma ser possível identificar a presença de três concepções distintas entre si: o ficar na rua que indica um estado temporário, o estar na rua em que esta passa a ser vista como uma alternativa à sua sobrevivência e o ser da rua que a considera como um espaço definitivo de moradia.

Essas características tão heterogêneas são fundamentais para o conhecimento e entendimento da realidade daqueles que ou por opção ou por falta da mesma usam a rua para viverem.

1.3 A trajetória das políticas sociais no Brasil e a Política de Assistência Social

Pode-se entender por políticas sociais um conjunto de estratégias e ações que podem ser utilizadas pelo poder público em parceria ou não com a sociedade civil que tem como objetivo concretizar os direitos humanos que estão garantidos em lei²⁷.

O uso dessas políticas pode se dar por meio de duas vias, em que uma leva à otimização e a melhoria da qualidade de vida da população e a outra leva ao privilégio de setores dominantes da sociedade concentrando ainda mais o poder econômicos nas mãos de poucos.

Quando usadas como garantia de direitos à população, as políticas sociais possibilitam a visibilidade e denuncia das situações de exclusão, funcionam como espaços de expansão dos direitos que são negados à população, possibilitam olhar a população como sujeitos levando ao resgate do protagonismo e a elaboração de legislações. Quando usadas como estratégias e instrumentos de dominação, essas políticas atende aos interesses da burguesia, se subordinam aos interesses econômicos e políticos e atenuam, através de programas, os problemas sociais garantindo apenas o mínimo²⁸.

No Brasil, as políticas sociais sempre foram relegadas a um segundo plano, já que o país, devido ao seu caráter desenvolvimentista²⁹ tinha por objetivo promover a transformação da economia nacional sem que houvesse mudanças nas relações da sociedade, ou seja, as relações sociais deveriam

²⁷ Os artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988, dizem respeito, respectivamente aos direitos coletivos e sociais da população.

²⁸ Anotações extraídas da aula da professora Marli Martins Galina em 01 de Março de 2007 na disciplina de Políticas Sociais.

²⁹ IAMAMOTTO (2005) define o desenvolvimentismo como uma ideologia que em seu aspecto mais amplo e geral engloba uma proposta de desenvolvimento econômico acelerado, continuado, auto-sustentado. "A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca de expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material(...)quando todo o esforço de elaboração de política (política econômica) e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido".(IAMAMOTTO, 2005, p.341)

permanecer da mesma forma, em que a população continuaria demandatária de bens e serviços públicos de qualidade, sendo explorada pelo capital. Nesse caso, o Estado caracteriza-se como um Estado regulador e centralizador, cujas ações estão voltadas para o desenvolvimento, sobretudo industrial, a fim de aumentar a acumulação e fazer do país uma grande potência.

Conforme IAMAMOTTO:

A meta é, nesse sentido, a industrialização de base do país, o que aproxima o significado entre desenvolvimento-industrialização, devendo aquele ser acelerado e auto-sustentado – e para tanto sendo necessário que a industrialização se desenvolva no sentido da produção industrial pesada – garantindo-se a libertação econômica e a própria continuidade de expansão. (IAMAMOTTO, 2005, p. 341)

Com isso não havia interesse em desenvolver ações no campo social, pois se acreditava que com o desenvolvimento da economia, esse campo conseqüentemente teria mudanças significativas. Porém, não foi isso que ocorreu, pois ao priorizar somente um âmbito, sobretudo o econômico, perde-se a noção de humanização em que a inversão de valores desorienta e desvia os objetivos da humanidade. (DOWBOR, 1998).

Esse autor afirma que:

(...) Tradicionalmente, considerava-se que o investimento numa empresa industrial, ao criar renda, traria mais resultados sociais do que o investimento na área social. Hoje, no entanto, com a crescente modernização do aparelho produtivo, descobre-se que países que investiram no homem, se preocuparam com seus pobres, são justamente os que melhor desempenho produtivo alcançam no mundo. (DOWBOR, 1998, p. 245)

Durante a década de 30 até os anos 60, temos no Brasil políticas que formam segundo FALEIROS (2000), direcionadas ao desenvolvimento industrial com incentivo as exportações dos produtos agrícolas sem romper a dependência de países centrais.

O Estado destinava as políticas não como um bem estar social, mas sim para ampliar sua influência diante da sociedade a fim de manter o controle social³⁰, controlando os movimentos operários e as greves. Nesse período os direitos sociais eram regulados somente para aqueles que tinham carteira assinada³¹ fazendo com que as políticas fossem particularizadas e focalizadas sem nenhum caráter universal.

No período da ditadura militar as políticas sociais passam a ser motivos de manifestação de muitos movimentos sociais, em que as pessoas, oprimidas pelo caráter autoritário do governo, expressavam indignações contra as arbitrariedades.

Contudo, para conter tais manifestações o Estado passou a adotar medidas sociais a fim de obter o apoio da população favorecendo apenas algumas categorias.

Nessa ótica desde já é válido ressaltar que a população em situação de rua ficava de fora do alcance dessas políticas.

Já no final da década de 70 e início dos anos 80, com a inserção dos trabalhadores rurais na previdência social, as políticas sociais adquiriram características redistributivas, pois são destinadas àqueles, que por algum motivo, não podem contribuir com a previdência, se tornando mais universalizante.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã devido à luta de muitos setores sociais, partidos políticos e empresários para garantir e ampliar direitos que antes lhes eram negados, além de trazer o avanço dos direitos a setores antes excluídos da sociedade como mulheres, negros, índios, crianças entre outros, trouxe também o conceito de

³⁰ O controle social pode ser entendido como um mecanismo de participação popular em que a população participa do desenvolvimento de políticas através de conselhos. Porém, o controle social do qual estamos falando, refere-se ao fato do Estado controlar e conter qualquer manifestação contrária à ordem estabelecida.

³¹ Os trabalhadores do campo, que não tinham carteira assinada não eram beneficiados com as políticas sociais. Foi somente no início dos anos 80 que essa parcela da população foi inserida na previdência social com o benefício de menos de um salário mínimo sem contribuição direta. (FALEIROS, 2000, p. 47;49).

Seguridade Social³² que abrange os direitos a saúde, previdência e assistência social. (FALEIROS, 2000). Desta forma as políticas sociais abrangeriam setores da população que antes eram excluídos.

Outra particularidade trazida pela Constituição de 88 é de que as políticas passam a ser geridas de forma descentralizada em que caberia ao governo federal a coordenação das políticas sociais e não sua execução, a qual deveria se feita através da autonomia dos estados e municípios.

Segundo ALMEIDA citado por AFFONSO (1996):

Assim a descentralização não implica na redução da importância da instância nacional, mas pode levar a criação de novos âmbitos de ação, assim como à definição de novos papéis normativos, reguladores e redistributivos que convivam com a expansão de responsabilidades de estados e municípios. (ALMEIDA citado por AFFONSO, 1996)

Contudo, há de se ter muita cautela quanto a essa descentralização para que ela não adquira somente o papel de transferência de responsabilidades.

Para STEIN (2000), essa descentralização pode se confundir com uma desconcentração em que se repassam as responsabilidades, atribuições e tarefas próprias do Estado para a sociedade ou às empresas privadas.

Com isso se transfere pequenos serviços públicos a grupo privados ou a figura de um indivíduo, sem precisar transferir a empresa pública.

Porém, foi nos anos 90 que as políticas sociais ficaram comprometidas, pois devido à investida neoliberal que, como aponta PEREIRA (2002), ocorreu com toda intensidade nessa década, em que houve uma intensa reforma financeira, com leis que davam total independência aos bancos, liberalização do comércio e privatização, houve um intenso resgate do clientelismo e assistencialismo em que não se tem um comprometimento com a emancipação humana ou como afirma MONTAÑO (2005) “um estímulo para mudança”. O que existe “são práticas

³² O artigo 194 da Constituição Federal de 1988 explica que a Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

estatais” que, para esse autor, geram “dependência e acomodação das pessoas assistidas”.

Desta forma como aponta YAZBEK:

(...) cresce a dependência, de segmentos cada vez maiores da população, da intervenção estatal no atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano. (YAZBEK, 2003, p. 35).

A Política de assistência social vem sendo definida no artigo 1º da LOAS³³ como uma política de seguridade social que se realiza através de um conjunto de ações tanto da sociedade como do poder público e de forma integrada às políticas setoriais³⁴ visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais através da cobertura da população inteira, independente da sua capacidade contributiva³⁵.

PEREIRA (2002) traz uma importante reflexão no que se refere aos conceitos de mínimos sociais. Para a autora esse conceito leva a dois significados. O primeiro se refere às providencias a serem tomadas, já que a noção de mínimos, visto como algo menor e de baixo valor requer medidas de emergência ao enfrentamento da pobreza afim de que a população tivesse somente o necessário para que não morresse e continuasse trabalhando produzindo lucro à classe dominante. O segundo conceito refere-se ao atendimento que deve ser suprido através de serviços de qualidade a fim de propiciar a emancipação humana, pois esses serviços básicos são essenciais à sobrevivência.

A autora ainda afirma que somente quando as necessidades humanas forem vistas como básicas e não como mínimas é que se pode de

³³ LEI ORGANICA DA ASSITENCIA SOCIAL – LOAS, Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 que regulamenta e apresenta a forma de organização da Política de Assistência Social no Brasil.

³⁴ Entende-se por políticas setoriais aquelas que são referentes aos diferentes setores da sociedade, como as políticas de educação, habitação, transporte etc.

³⁵ O artigo 203 da Constituição Federal de 1988 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

fato falar em direitos fundamentais e que se tornam reais somente através de políticas sociais.

A Política de Assistência Social pode ser considerada como o pilar da seguridade social, pois é ela que traz em seu bojo a questão dos direitos do cidadão, inclusive os da população em situação de rua, já que essa parcela não consegue manter sua sobrevivência, nos quais devem ter os direitos atendidos pela proteção social, seja ela básica ou especial e que segundo DI GIOVANNI (1998), podem ser entendidas como “formas institucionalizadas que as sociedades encontram para protegerem seus membros, devendo garantir a sobrevivência, acolhida e o convívio ou vivência familiar”.

De acordo com a POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – PNAS 2004, a proteção social se divide em proteção social básica e especial.

A proteção social básica tem por objetivos prevenir situações de riscos através do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinando-se a pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços como moradia, saúde, educação etc.), fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento, discriminações de gênero, etnia, deficiência ou idade. Seus serviços e programas têm como objetivo promover a acolhida, convivência e socialização, autonomia de famílias e indivíduos por meio de oportunidades de trabalho e renda.

A proteção especial se divide em proteção social especial de média complexidade que se destina a pessoas em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal decorrentes do abandono, privação de serviços, exploração, violência, delinquência, maus tratos, dependência química, abuso sexual, ou seja, estas e qualquer outra violação de direitos, mas sem ocorrer o rompimento dos vínculos familiares ou comunitários, e em proteção social especial de alta complexidade que é dirigida à família e indivíduos com grave violação dos direitos, sem vínculos familiares e comunitários e que precisam de proteção integral (moradia, alimentação, higienização,

trabalho protegido), já que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias.

Observa-se que nessa perspectiva também está inserida a população em situação de rua.

Contudo, ao se analisar toda a trajetória das políticas sociais no Brasil, percebe-se que os inúmeros recortes feitos no âmbito social, possibilitou ao país, conforme BACELAR (2003), uma imensa fratura social, a qual atinge significativamente a população em situação de rua.

A autora afirma que não há nenhum outro país com o mesmo perfil do Brasil cujo 20% dos mais pobres, detêm apenas 2% da renda nacional, enquanto que 10% dos mais ricos detêm quase 50% dessa renda, ou seja, um país profundamente fraturado com 2/3 da população fora do mercado

1.4 - Lazer: definição e considerações

Definir o que é lazer é uma tarefa muito difícil, pois como afirma MARCELLINO (2002) o que é considerado lazer para uns não é para outros. Dessa forma, cada pessoa, que possui particularidades diferentes, pode optar por atividades de lazer que vão desde um simples passeio no bairro em que mora, como assistir a um filme, ir ao mercado ou até mesmo trabalhar. No entanto, segundo CAMARGO:

Seria uma ousadia afirmar que alguma ação humana é executada por livre escolha do indivíduo. Os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer (1992, p.10).

A partir disso, pode se entender que nem mesmo em seu tempo livre as pessoas estão livres das influências do mundo que as cercam, pois ao buscarem algum tipo de atividade podem estar buscando os modelos de satisfação, descanso e diversão que outras pessoas lhes vendem e impõem através da mídia e da idéia do consumo.

Por outro lado, este estudo também considera verdadeiro o fato de que o lazer, mesmo com suas deficiências, ainda possibilita um certo grau de libertação dos indivíduos que dele usufruem, pois os desprende do sentimento de obrigação possibilitando o aprendizado através do desenvolvimento tanto físico, quanto mental e social dos indivíduos que em seu momento de lazer absorvem novos conhecimentos, experiências e que estabelecem uma relação ainda maior com as pessoas, os costumes e os ambientes, sendo esta uma maneira de socialização³⁶.

³⁶ Socialização é a assimilação de hábitos, características do seu grupo social e todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É através da Socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade e ser admitido na sociedade. A socialização é, portanto, um processo fundamental não apenas para a integração do indivíduo na sua sociedade, mas também, para a continuidade dos sistemas Sociais. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socializa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 05/05/08.

Conforme MARCELLINO:

(...) trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa, etc, estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas (2002, p.14).

Partindo desse aspecto da libertação, pode-se entender que o lazer se tornou e tem se tornado cada vez mais necessário para as pessoas e principalmente para aquelas que são constantemente submetidas às variadas formas de exploração e às más condições de vida, essas precisam desfrutar de momentos de lazer a fim de reapropriarem-se de si mesmas e de tudo que lhes fora tirado. São momentos de descanso, diversão, satisfação, aprendizado e libertação que podem contribuir para melhores condições de vida.

Porém, a sociedade e principalmente as classes subalternas vem encontrando grandes dificuldades no acesso as atividades de lazer, sendo que este fato esta ligado, excepcionalmente, as transformações econômicas, aos interesses de acumulação capitalista que a partir da exploração gera a miséria de muitos em troca da riqueza de poucos, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento dos grandes centros urbanos e industriais que contribuíram, também, para a difusão da pobreza e conseqüentemente para a retração dessas atividades, principalmente para os menos favorecidos já que estes quase não dispõem de tempo, dinheiro e nem de locais que possibilitem o acesso gratuito ao lazer.

Analisando ainda o sistema capitalista nota-se que este produz alienação até mesmo nas atividades de lazer que desenvolve para seus funcionários. Sendo nas festas, nos finais de semanas realizados em sítios, nos churrascos, nos momentos de relaxamento, através da construção de academias internas, grêmios e clubes atléticos que as empresas buscam a sua valorização por meio de trabalhadores mais satisfeitos e que alienados pela idéia de que estão sendo beneficiados não conseguem perceber as

reais intenções como: o aumento da produtividade e do lucro, iludindo os operários com a idéia de que fazem parte da família “coca-cola, natura...” e isso tudo acontece porque, muitas vezes, os donos do capital usam de um falso lazer para atrair e prender os operários e suas famílias.

De acordo com PADILHA (2000) o lazer, dessa forma, visa minimizar os conflitos entre o capital e o trabalho, além de ser considerado como um favor da empresa para os seus funcionários.

O autor diz ainda que por não ter uma definição absoluta o lazer tem se confundido com tempo livre, ócio e até mesmo com desemprego. A partir dessas idéias poderia se pensar que aqueles que não exercem nenhum tipo de trabalho remunerado dispõem de total tempo livre e por isso se encontram em constante lazer.

Sendo assim, a população em situação de rua, o desempregado, o idoso e a criança que não esta trabalhando não tem o direito de reclamar por lazer, pois de acordo com esse pensamento já desfrutam deste ao “não fazerem nada”.

O aumento do tempo livre tanto pela redução da jornada de trabalho, quanto pelo aumento do número de desempregados não trouxe benefícios igualmente para as classes sociais, como pode se observar para ter acesso ao lazer, atualmente, é necessário além de tempo, de dinheiro, pois a falta de políticas públicas nessa área propiciou o aparecimento de um grande número de setores privados que tornaram o lazer um objeto de consumo. Dessa forma, este acaba sendo considerado como algo supérfluo. CASTELLI indaga:

Como engajar a população, sobretudo dos países do terceiro mundo, nessas diferentes atividades? Como podem os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ter acesso ao lazer se ainda estão lutando pela sua sobrevivência (1990, p.128).

Nota-se que não é somente a ausência de políticas de lazer, mas a escassez de políticas públicas que proporcionem condições dignas de vida a fim de que o estigma de vagabundos e preguiçosos abordado por

MARCELLINO (2003), de que pobre não pode desfrutar de momentos de lazer e que o lazer é viável somente às classes abastadas que dispõe de tempo livre e não necessitam do trabalho para a sua subsistência, possa acabar dando àqueles a condição de terem as suas necessidades básicas³⁷ supridas, incluindo o lazer.

Segundo PEREIRA (2002) o fato de não haver o reconhecimento das necessidades básicas que são comuns a todos tem se confundido com a idéia de preferência, o que torna o mercado a melhor forma de atender os desejos de cada um. Isso também pode ser aplicado ao que vem acontecendo, atualmente, com o lazer, que apesar de ser uma necessidade básica não é reconhecido como tal, sendo visto como supérfluo e dispondo de poucas políticas a seu favor, o que passa a responsabilidade para os setores privados que tem uma enorme variedade de atividades de lazer, já que cada um consome de acordo com suas preferências e condições.

Além disso, a autora continua dizendo que a não satisfação das necessidades básicas pode gerar grandes prejuízos na vida material dos homens e na sua participação como sujeitos críticos da realidade. Pensando nisso, pode-se indagar se o lazer, como necessidade básica, não seria uma forma de contribuição para que as pessoas se apropriassem mais de diferentes lugares, saíssem, por um determinado momento, da condição diária em que vivem, descobrissem novos caminhos, novas formas de pensar, refletissem, tivessem um enriquecimento cultural, intelectual e a possibilidade de desenvolver uma participação mais efetiva?

No entanto, para que isso aconteça é necessário que todos tenham condições de se apropriar do lazer, mas que essa apropriação seja de qualidade, pois do contrário o máximo que vai acontecer é a ocupação do tempo livre.

³⁷ Necessidades básicas vão além das necessidades vitais, sendo aquilo que o homem precisa para ter uma vida plena em que o suprimento destas lhes proporcionará o exercício da cidadania (PEREIRA, 2002).

1.4.1 Políticas de lazer em São Paulo e o atendimento a população em situação de rua

Ao estudar o lazer como uma necessidade básica percebe-se que as pessoas, excepcionalmente as de classes subalternas, encontraram e ainda encontram dificuldades quando se trata do acesso a esses tipos de atividades, sendo que um dos fatores que contribuíram para isso é a escassez de políticas públicas que atendam a essa área.

No estado de São Paulo além do grande crescimento dos centros urbanos e das regiões periféricas que são desprovidas de espaços de lazer tem-se, também, um lazer voltado para o consumo e políticas públicas de lazer que na realidade não o vêem como um direito de todos, mas sim como uma forma de prevenir a violência e de ganhar votos nas épocas de eleição, já que são nesses períodos que surgem um número maior de propostas que pretendem “garantir os direitos da população”. Além disso, são políticas que, muitas vezes, não saem do papel e que buscam a contribuição da sociedade civil com propostas de voluntarismo³⁸, do terceiro setor e de instituições privadas, ficando claro o repasse de responsabilidades.

Nesse processo, a falta de uma única definição do que é lazer e também a visão de que este é direito somente das classes abastadas, como visto anteriormente, tem feito com que muitas ações sejam realizadas pelo governo do estado da maneira errada, para as pessoas erradas e em locais errados. De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em 2002, nota-se que grande parte dos equipamentos culturais, inclusive públicos, estão localizados principalmente nas regiões centrais do município de São Paulo, como tabela a seguir:

³⁸ Um grande exemplo disso é o projeto de voluntariado criado pela Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo que tem o nome de Amigo do Esporte (AME). Disponível em <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em 11/05/08.

Tabela 1-Distribuição dos equipamentos culturais pelos bairros do município de São Paulo.

Equipamentos Culturais Diversos, por Tipo, segundo Subprefeituras			
Município de São Paulo - 2002			
Subprefeituras	Salas de cinema	Biblioteca	Equipamentos Culturais Diversos*
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	235	362	273
Aricanduva	9	4	1
Butantã	12	50	25
Campo Limpo	11	5	0
Casa Verde/Cachoeirinha	0	2	0
Cidade Ademar	0	0	0
Cidade Tiradentes	0	0	0
Ermelino Matarazzo	0	1	0
Freguesia/Brasilândia	0	2	1
Guaianases	0	2	0
Ipiranga	3	16	9
Itaim Paulista	1	1	1
Itaquera	16	4	3
Jabaquara	0	2	1
Lapa	10	18	21
M' Boi Mirim	4	1	2
Moóca	18	17	11
Parelheiros	0	0	0
Penha	3	4	5
Perus	0	2	0
Pinheiros	40	36	37
Pirituba	0	3	0
Santana/Tucuruvi	1	14	7
Santo Amaro	25	12	12
São Mateus	0	1	0
São Miguel	0	1	2
Sé	52	118	117
Socorro	0	2	3
Tremembé/Jaçanã	0	2	1
Vila Maria/Vila Guilherme	3	5	0
Vila Mariana	17	34	14
Vila Prudente/Sapopemba	10	3	0

Fonte: Fundação Seade. Guia Cultural do Estado de São Paulo - 2002

* Teatros, Casas de Cultura, Centros Culturais, Museus e Oficinas Culturais.

A análise desses dados demonstra, por si só, a enorme necessidade que a população, das áreas mais afastadas do centro, tem de políticas públicas que estejam focadas na inclusão e que lhes garantam o direito a um lazer de qualidade³⁹ mesmo que essas não “paguem” diretamente por eles, afinal, o lazer, pouco promovido pelo governo do estado, não é um benefício e sim um dever já que este embolsa grande parte dos impostos pagos pela sociedade.

Dessa forma, para que as políticas de lazer possam alcançar as necessidades da população de maneira eficaz e efetiva, estas precisam

³⁹ Disponível em <<http://observatoriodoesporte.org.br/>>. Acesso em 10/05/08.

estar se desenvolvendo em conjunto com outras áreas, como a saúde, a cultura, o esporte e o trabalho, entre outros, que juntos podem possibilitar melhores condições de vida para as pessoas, sendo que a maneira de formulação e gestão dessas políticas também pode agregar a opinião da sociedade civil, para a qual estas políticas são destinadas, trazendo melhores resultados.

A partir desse estudo pode-se analisar que, se existe a ausência de políticas públicas de lazer para grande parte da sociedade de média e baixa renda, ainda mais intenso é esse problema se observada à realidade da população em situação de rua que encontra barreiras na busca pelo atendimento médico, pelo exercício do lazer e em geral para ser reconhecido, pela própria sociedade, como cidadão, sendo que este é vítima de toda a sorte de preconceitos.

Hoje, com um número baixo de políticas existentes não é possível entender algumas das ações realizadas pelas esferas de governo do estado de São Paulo, que ao invés de criar novos equipamentos para atendimento da população em situação de rua, tem o trabalho de desativar espaços antigos em que estas pessoas eram, há muito tempo, atendidas. Percebe-se que não há um interesse em melhorar e partir do que já existe, mas sim de destruir e impossibilitar cada vez mais o atendimento desses cidadãos⁴⁰.

⁴⁰ Referente ao fechamento da “Toca de Assis” que abrigava pessoas em situação de rua com graves problemas de saúde e também de quatro bibliotecas estavam sendo um meio de alerta para os direitos da população, indo contra os interesses do estado. Disponível em < <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/02/412377.shtml>>. Acesso em 11/05/08.

1.5 Acessibilidade

Falar de acessibilidade no Brasil chega a ser contraditório, pois estamos falando de um país repleto de contrastes. O Brasil tem ao mesmo tempo uma das legislações mais completas e ricas do mundo, porém ocupa um considerável lugar no ranking da pobreza.

Segundo DIMENSTEIN (2005) o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, porém com um grande contingente de pessoas passando fome. O autor afirma também que se trata do berço de muitos artistas de pintura, literatura, música, esportes e de pessoas famintas carentes que perambulam pelas cidades e se enveredam nas garras do crime, prostituição, tráfico e de qualquer outro meio que possa lhes proporcionar mesmo que de maneira desumana à sua sobrevivência.

Vivemos também na tão chamada globalização, num mundo onde tudo o que acontece interfere na vida de todos, onde o desenvolvimento das comunicações e informática possibilita oportunidades de conhecimento e informação.

Contudo é em meio a esses contrastes que vivem milhões de brasileiros, sem acesso aos serviços de moradia, educação, saúde, lazer e trabalho, que são garantidos pela Constituição Federal de 1988.

O conceito de acessibilidade vem ganhando diferentes interpretações que podem variar de acordo com a temática abordada.

LIMA (1998) afirma que, a “acessibilidade esta, geralmente, relacionada com a oportunidade que um indivíduo tem de participar de uma atividade particular, alcançando facilmente um determinado destino ou espaço”. (p. 16)

Outro conceito que permeia o tema é o de que ele deve proporcionar como afirma PINHEIRO (2005), “o uso pleno, seguro e independente do espaço construído”. O autor ainda ressalta que para tal espaço ser completamente acessível, ele deve oferecer condições de participação a toda a população, independente de suas características físicas, idade, sexo, etnia e etc.

Para o autor, o acesso a comunicação e informação constituem um elemento fundamental para o termo acessibilidade. Esse acesso deve alcançar tudo o que diz respeito aos bens de cultura.⁴¹

Ainda se referindo a Constituição, o artigo 5º inciso XV⁴², expressa que toda pessoa tem o direito de ir e vir em todo o território nacional. Porém, quando não há acesso a determinados lugares e espaços, ocorre uma violação desse direito.

A população em situação de rua constitui uma parcela significativa da população que não tem esse direito violado, já que é raramente vista em teatros, museus, cinemas etc. Geralmente isso ocorre pelo fato destes lugares serem freqüentados por pessoas de maior poder aquisitivo, o que acaba afastando e favorecendo uma sensação de não pertencimento das classes mais baixas.

Com isso deixa-se de lado um princípio que é fundamental para se viver em sociedade, o princípio da diferença, em que tem que se levar em conta a diversidade das pessoas e suas necessidades a fim de propiciar de forma universal o acesso aos espaços e serviços.

BRINSMA e RIETVELD apud GOTO (2000) consideram a acessibilidade como um conjunto de oportunidades em potencial que possibilita a interação das pessoas nos diversos espaços.

Contudo em se tratando de oportunidades de lazer, a expansão urbana tem sido um dificultador quando se trata de acessibilidade, pois há um percentual muito pequeno de locais destinados ao lazer nas regiões periféricas da sociedade, já que o estado não assegura este direito a população.

⁴¹ O artigo 215 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3 conforme EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, de 10 de Agosto de 2005, a qual institui o Plano Nacional de Cultura. Tal plano expressa que no inciso IV do referente artigo fica obrigatória a democratização do acesso aos bens de cultura.

⁴² É livre a locomoção no território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Com isso o lazer deixa de ser um direito social de todos e é vendido àqueles com maiores recursos financeiros.

É necessário, portanto, compreender que o significado do termo acessibilidade tem um sentido muito mais amplo do que somente acesso a espaços e serviços, pois esse termo deve envolver qualidade, inclusão, autonomia e equidade. É preciso que haja uma igualdade de oportunidades dando condições para que as pessoas, sobretudo aquelas menos assistidas e excluídas de seus direitos, entre eles os culturais, possam usufruir os bens e serviços culturais, bem como espetáculos artísticos etc. (PINHEIRO, 2005).

CAPÍTULO II

“O lazer é uma conversa, tem que ter jardim e praça, área de divertimento, não festa, a gente quer coisa mais especial para a nossa sobrevivência”.

S.S, 60 anos.

2.1 A Associação Rede Rua e o Núcleo de Vivência Santo Dias

A Rede Rua, criada em 1991 é uma associação sem fins lucrativos cujo objetivo está voltado para o atendimento à população em situação de rua, a partir da construção de uma rede de solidariedade, que por meio dos projetos⁴³ desenvolvidos visam o resgate dos direitos sociais, autonomia e a inclusão social dessa população alvo.

A construção dessa rede de solidariedade vem sendo possível em virtude dos contatos e relações que a rede rua tem nos fóruns de debates públicos, sociais, nos movimentos sociais, ONGs e no poder público, além do engajamento dos colaboradores, funcionários, voluntários e diretoria, que contribuem para efetivação dos seus projetos.

Através de convênios com a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e de parcerias com congregações religiosas e com outras organizações, a Associação realiza trabalhos que buscam manter e ampliar a rede de serviços que contribuam para o resgate da cidadania e no processo de saída das ruas da população.

A Associação Rede Rua apresenta vários projetos e dentre eles está o Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, local escolhido para a realização deste trabalho.

O Núcleo localiza-se na região central do bairro de Santo Amaro, zona sul do município de São Paulo, e foi criado em 27 de dezembro de 2002 com o objetivo de atender a população de rua dessa região oferecendo-lhe não somente infra-estrutura para atender suas necessidades básicas, mas também atividades e projetos complementares que possam contribuir para o resgate da cidadania e autonomia dessa população, estimular o restabelecimento de vínculos familiares, reinserção no mercado de trabalho formal ou informal, estimular a requalificação profissional e favorecer a reorganização da vida dessas pessoas.

⁴³ Os projetos da Associação Rede Rua consistem no Refeitório Comunitário, Jornal O Trecheiro, Rede Rua de Comunicação, Pousada da Esperança e Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.

Com capacidade para atender 80 homens de 18 a 60 anos ou mais em situação de rua, o local apresenta como especificidade prestar serviços às pessoas que estejam em processo de reinserção na vida social e que estejam dispostas a assumir um compromisso na busca do seu próprio desenvolvimento social.

A instituição apresenta uma metodologia participativa em que os “conviventes”⁴⁴ participam das atividades sendo também co-responsáveis pelo seu funcionamento diário, pois eles ajudam na lavagem das louças do jantar, na limpeza das mesas do refeitório, bem como na limpeza semanal do Núcleo e limpeza diária dos quartos.

As pessoas atendidas no Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva são encaminhadas de outros lugares como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Atendimento Permanente e Emergência (CAPE), pela rede socioassistencial e principalmente pela Pousada da Esperança que faz o primeiro serviço de acolhida e orientação a fim de despertar nos “conviventes” o desejo de sair da situação de rua.

Os critérios de seleção do Núcleo buscam contemplar aqueles que estão em processo de retomada de trabalho tanto formal como informal, abstinentes do uso de álcool ou qualquer substância química, que tenham possibilidades para uma convivência em grupo estando disposto a recuperar sua autonomia.

Contudo, percebe-se que o perfil dessa população permeia tanto os critérios de seleção citados acima como também se pautam naqueles que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, nos que tem comprometimento quanto ao uso do álcool e outras substâncias, nos que apresentam fragilidade ou rompimento dos laços familiares, que podem ter sido ocasionados por diversos motivos como dependência química, desemprego, ou talvez pelo simples desejo de liberdade.

⁴⁴ Por estar ligada às congregações religiosas que procuram incentivar a convivência entre todos, mantendo um espírito de harmonia, paz e união, o termo convivente foi adotado pela Rede rua, em especial pelos Núcleos de convivência a fim de estabelecer uma relação de convivência mútua entre todos.

É importante ressaltar que embora os critérios de seleção estejam pré-estabelecidos, a instituição visa possibilitar o acesso de pessoas cujas características são frutos da própria dinâmica da sociedade, que age, geralmente, de maneira preconceituosa e excludente em relação aos menos favorecidos e que é marcada pelas mazelas sociais que impossibilitam a emancipação humana.

A instituição apresenta esse nome para homenagear o sindicalista Santo Dias da Silva, assassinado em 1979 em frente à fábrica Silvânia, em Santo Amaro, por lutar na defesa de um trabalho mais digno e justo.

2.1.1 Organização e funcionamento do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva

A equipe técnica do núcleo é composta por uma coordenadora, um psicólogo, uma assistente social, duas estagiárias de serviço social, cinco educadores, quatro auxiliares de serviços gerais, uma cozinheira e voluntários.

Seu horário de funcionamento é de segunda a domingo das 17h30min às 08h30min sendo que aos domingos o espaço é aberto das 08h30min às 17h30min para a convivência e propostas sócio-educativas, além da participação dos “conviventes” na confecção das refeições dominicais.

Quando o núcleo é aberto às 17h30min os “conviventes” apresentam uma carteirinha que funciona como sua autorização de permanência e identificação da vaga que ocupa.

Das 17h30min às 19h00min é feita uma recepção e acolhida dos “conviventes”, geralmente pelo educador, em que há uma motivação para a higienização do espaço e pessoal bem como a organização de seus pertences.

O jantar é servido às 19h00min e após este, os “conviventes” tem acesso aos noticiários de TV e eventuais programações desde que sejam acordadas antes com o educador.

Das 20h00min às 22h00min acontecem oficinas e atividades que possam contribuir na conquista da auto-estima e inclusão social dessas pessoas.

O papel do Serviço Social dentro da instituição está pautado na identificação e registro das necessidades pessoais e sociais dos “conviventes” e auxiliá-los na construção de seu projeto de vida, pois quando eles chegam ao Núcleo é traçado juntamente com a assistente social um projeto de vida em que eles determinam quais são suas prioridades e objetivos e estimam um determinado prazo para cumpri-las.

Cabe também ao Serviço Social facilitar as escolhas de estratégias para o alcance de sua autonomia por meio de encaminhamentos e

intercâmbios com a rede socioassistencial e com o Centro de Referência de Assistência Social.

O assistente social do Núcleo também atualiza diariamente o Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua (SISRUA)⁴⁵ e demais sistemas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) bem como a emissão de relatórios e pareceres.

O quadro abaixo especifica toda a rotina de funcionamento do Núcleo:

Quadro 1- Rotina de Funcionamento do Núcleo Santo Dias – Atividades Gerais

*ROTINA DE FUNCIONAMENTO – ATIVIDADES GERAIS		
HORÁRIO	SEGUNDA FEIRA A DOMINGO	RESPONSÁVEIS
17h30 às 19h30	Cadastro, recepção e acolhida dos abrigados. Guarda de pertences, atendimento social e psicológico, higiene pessoal, grupos	Orientador Sócioeducativo Assistente Social Psicólogo
19h00 às 20h00	Jantar, Programação de TV	Cozinheiro / Agentes Operacionais e Orientador Socioeducativo
20h00 às 22h00	Atividades com os usuários, oficinas, grupos específicos – lavagem de roupa	Assistente Social, Psicólogo e Orientador Socioeducativo.
22h00 às 6h00	Repouso (dormida)	Orientador Sócioeducativo
6h00 às 7h30	Higiene, Café da Manhã, Rádio	Orientador Sócioeducativo
7h00 às 7h30	Orientação e saída dos “conviventes”	Orientador Sócioeducativo
7h30 às 8h30	Organização, avaliação, higienização e relatório da noite anterior	Orientador Socioeducativo e Agentes operacionais

***Informações Retiradas do Plano de Trabalho do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.**

⁴⁵ Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua – SISRUA – nele são encontrados além dos histórico e fichas sociais dos “conviventes”, os motivos pelos quais estão em situação de rua, a faixa etária, ocupação e demais dados que caracterizam essa população.

2.1.2 As atividades do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva

O Núcleo procura desenvolver atividades que possam, propiciar além de momentos de esporte e lazer, a inserção dos “conviventes” no mercado de trabalho e a reconquista da cidadania.

Em torno desses objetivos são desenvolvidas oficinas como a Escola de Informática e Cidadania (EIC), cujo objetivo não é somente o de proporcionar um curso de informática, mas sim de possibilitar a cidadania por meio da inclusão digital. Além disso, são desenvolvidas também oficinas para estimular a criatividade podendo também contribuir para a geração de renda, como a pintura em azulejo e o grafite. Dentre as ações voltadas para a reinserção dos “conviventes” no mercado de trabalho são realizadas parcerias com a Central de Trabalho e Renda (CTR), convênios com cooperativas, encaminhamentos para cooperativas, encaminhamentos para cursos profissionalizantes e frente de trabalho da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), assim como a alfabetização de adultos.

Outras atividades do Núcleo são o projeto Sons da Vida em que através da música busca-se instigar os “conviventes” a refletirem sobre a situação na qual estão inseridos buscando a construção de possíveis caminhos e soluções que proporcionem uma efetiva transformação de sua realidade.

A sessão pipoca, o teatro e o futebol social visam à socialização, o entretenimento e o desenvolvimento de suas habilidades.

2.1.3 – As atividades de lazer dentro do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva

O Núcleo Santo Dias da Silva foi intensificando suas atividades de lazer durante todo o ano de 2007, pois a não ser por poucas atividades que proporcionavam momentos de descontração e pelas iniciativas dos próprios “conviventes” como o jogo de dominó e o velho radinho de pilha o divertimento dentro da instituição era pouco instigado.

Porém foi em Março de 2007, início do estágio de uma das pesquisadoras⁴⁶ no Núcleo, que esta observação a possibilitou desenvolver certos questionamentos do por que não havia mais atividades de lazer desenvolvidas com esse segmento da população.

A partir daí a pesquisadora fez um levantamento de quais eram as atividades desenvolvidas com os “conviventes” e se elas proporcionavam algum tipo de entretenimento aos mesmos. Feito isso, constatou-se que havia dentro da instituição 03 atividades capazes de contribuir não somente para a inserção social da população de rua usuária do Núcleo como também para propiciar momentos de lazer e divertimento.

Como exemplo, tem-se o psicodrama, realizado pela psicóloga do local, todas as quartas-feiras, com o objetivo de esclarecer aos “conviventes” dependentes do álcool e drogas, as consequências que o uso abusivo dessas substâncias trás ao homem e motivá-los para uma mudança de atitude a fim de que eles possam controlar o uso do álcool e drogas ou abdicá-lo totalmente. O psicodrama é desenvolvido por meio de jogos dramáticos, jornal vivo e teatro espontâneo, o que possibilita aos “conviventes” o resgate da espontaneidade e criatividade instigando a participação e a socialização entre eles.

A Escola de Informática e Cidadania (EIC), que acontece sempre às quintas-feiras, vêm com o intuito de proporcionar além de noções de informática a inclusão dessa população no mundo digital. Através da EIC,

⁴⁶ Jane Ranelve Bezerra Sousa, aluna do 8º semestre A do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

sob a supervisão do educador, os “conviventes” têm acesso à internet em que aprendem a criar e trocar emails, a usar programas que possibilitam conversas em tempo real, a elaborar currículos profissionais e a se apropriar de informações que contribuam no seu crescimento pessoal.

Através da Sessão Pipoca, realizadas aos sábados, os usuários do Núcleo têm a oportunidade de escolherem filmes de sua preferência, desde que os mesmos tenham relação com a temática proposta, em que eles assistem e depois debatem, juntamente com o educador, sobre o assunto do filme relacionado o mesmo com as suas experiências pessoais.

Então, com a proposta de ampliar o quadro de atividades voltadas para todos esses objetivos, a estagiária sugeriu à equipe que se realizasse as sextas feiras, já que esse é o dia do seu estágio na instituição, um grupo de reflexão que usasse a música como instrumento.

Aceita a proposta da estagiária, surgiu o grupo Sons da Vida em que devido à música ser um modo de expressão capaz de retratar sentimentos e aflições humanas além do contexto social de uma época, instiga-se os “conviventes” a refletirem por meio das letras e melodias a situação na qual estão inseridos buscando a construção de possíveis caminhos e soluções que propiciem alguma transformação na sua realidade. Nessa atividade os “conviventes” se emocionam, debatem entre si e se descontraem expondo seus problemas, angústias, expectativas e alegrias.

A partir daí, a instituição, juntamente com sua equipe técnica, vem proporcionando outras atividades que contribuam para a socialização, desenvolvimento de potencialidades e momentos de lazer e descontração.

Dentre as novas atividades do Núcleo Santo Dias da Silva estão a pintura em azulejo, o grafite e as oficinas de teatro.

A foto abaixo ilustra um dos momentos de descontração no Núcleo Santo Dias, onde os “conviventes” participaram de uma peça de teatro desenvolvida pelo educador e por voluntários:



Na foto está o convivente I.F.M.L e o educador Jorge, em maio 2007.

Na pintura em azulejo busca-se proporcionar uma atividade cultural em que se usa o fazer próprio como construção artística, cuja inspiração dos “conviventes” são as suas próprias experiências pessoais a fim de apontar novos caminhos para a reconstrução de um projeto de vida. Essa atividade acontece todas as segundas-feiras com duração de uma hora e meia.

O grafite, realizado as terças-feiras, tem como objetivo oferecer uma oportunidade de aprendizagem sobre técnicas de grafite, em que se cria a possibilidade de expressarem por meio do trabalho artístico questões que abordam sua própria realidade.

No Núcleo também acontece atividades esporádicas que abordam a temática do lazer.

Por exemplo, as festas de aniversários, realizadas no último sábado de cada mês, o futebol solidário ou social com a participação de todos os albergues do município de São Paulo e que é realizado de acordo com o período estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social

(SMADS) e o sarau no albergue, que acontece na última sexta-feira do mês, em que eles declamam composições próprias como poesias e músicas como ilustra a seguinte foto:



Dessa forma acredita-se que a instituição visa possibilitar atividades de lazer voltadas para significados que ultrapassam o ócio e o supérfluo, sendo esta instituição o local escolhido para a realização desse estudo.

2.2 - O bairro de Santo Amaro

O bairro de Santo Amaro que no início do século XVI era uma aldeia habitada pelos índios guaianazes teve seu processo de miscigenação com a chegada dos portugueses em São Paulo. A partir de então se formou um povoado que foi denominado de Santo Amaro devido à doação, por parte de um casal português, de uma imagem de Santo Amaro⁴⁷, sendo esta instalada no ponto mais alto do povoado, o Largo da Bola que atualmente é o Largo Treze de Maio (BERARDI, 2005).

A autora afirma ainda que Santo Amaro que já foi aldeia, povoado, vila, município e que hoje é um bairro, sempre demonstrou dar grande importância para as atividades religiosas, desde a chegada dos jesuítas a doutrina cristã começou a ser difundida entre os índios, eram realizadas várias festas comemorativas, missas e romarias.

O desenvolvimento de Santo Amaro era visto sempre como novos desafios e sonhos de uma população que demonstrava seus anseios e desejos de evoluir. Os meios de comunicação e transporte, antes escassos, realizados através de balsas e canoas que davam acesso aos sítios e bairros de São Paulo, além dos precários caminhos por terra, passaram a desfrutar de trens a vapor, posteriormente, dos bondes, ônibus e atualmente da linha lilás do metrô⁴⁸.

A agricultura que era a maior fonte de riqueza e sustento da época foi, também, um dos fatores que contribuíram para o processo de imigração de japoneses, alemães, italianos e espanhóis para o Brasil. Santo Amaro que tinha um destacado trabalho agrícola recebia esses povos que ali se estabeleciam e garantiam sua sobrevivência, distantes de seus países de origem que muitas vezes se encontravam em guerra. Anos mais tarde, já no

⁴⁷ Santo Amaro era um homem de nacionalidade romana que desde a sua infância seguia os exemplos de São Bento e que mais tarde realizou vários milagres, ganhando o título de santo.

⁴⁸ Conferir em caderno Santo Amaro: Jubileu de Ouro da Distrital Santo Amaro da Associação Comercial de São Paulo – p. 9-12.

século XX houve uma forte imigração de nortistas e nordestinos, que fugindo da seca vinham para São Paulo fazer parte da mão-de-obra de grandes indústrias e da construção civil (BERARDI, 2005).

Os negros escravos fugiam dos maus tratos de seus senhores, se agrupavam em suas pequenas comunidades e viviam da agricultura e dos assaltos que faziam aos viajantes que passavam pelo caminho de Santo Amaro, onde estavam instalados.

Segundo BERARDI (2005) o primeiro prefeito de Santo Amaro em 1835, os pequenos comércios que vendiam de tudo, a primeira banda e o primeiro jornal, a criação de ruas e avenidas, hospitais, igrejas, teatros, cinemas e praças foram mudanças que fizeram parte da evolução do bairro. Nesse processo de desenvolvimento uma das questões que chamou a atenção dos santamerenses⁴⁹ foi à necessidade de espaços de lazer e diversão, com o passar dos anos foram criados locais como o coreto no jardim da praça Floriano Peixoto, onde antes era uma cadeia, o teatro Pindorama, o cine São Francisco e, posteriormente, o teatro Paulo Eiró e clubes esportivos, entre outros.

Muitas foram, também, as dificuldades enfrentadas pelos santamarenses, já que por serem de diferentes origens tiveram de se adaptar aos costumes e idiomas uns dos outros, além de terem sofrido bastante com a segunda guerra mundial que por serem de países inimigos do Brasil, na guerra, foram proibidos de falarem em seus idiomas nativos e de se reunirem.

Tendo passado por todas essas dificuldades, restrições e conquistas, Santo Amaro foi um dos grandes parques industriais, representou 90% da indústria farmacêutica da América Latina e atualmente é um forte pólo comercial que emprega e abriga uma enorme diversidade de pessoas⁵⁰.

O intenso comércio de ambulantes, as empresas, as indústrias, as lojas e também a população que visita o bairro por diversos motivos podem

⁴⁹ Pessoas que residiam ou nasciam em Santo Amaro/SP.

⁵⁰ Conferir em caderno Santo Amaro: Jubileu de Ouro da Distrital Santo Amaro da Associação Comercial de São Paulo – p. 33.

ser fatores que contribuem para o grande número de pessoas em situação de rua que sobrevivem na região de Santo Amaro.

2.2.1 - Oportunidades de lazer na região de Santo Amaro

Existem no bairro de Santo Amaro vários equipamentos de lazer, cultura e esporte que foram construídos durante seu desenvolvimento e que até hoje atendem a uma parcela da população que a eles tem acesso. Nesse momento este estudo tem o interesse de identificar quais os equipamentos de lazer existentes na região de Santo Amaro e entender quais as possibilidades de acesso que as pessoas em situação de rua, que sobrevivem nessa região, tem em sua utilização.

De acordo com a Subprefeitura de Santo Amaro⁵¹ os espaços de lazer no bairro de Santo Amaro incluem a Biblioteca Benedito Bastos Barreto e a Biblioteca Presidente Kennedy, a Casa de Cultura Amarela, a Casa de Cultura que era o antigo mercado velho, o Teatro Paulo Eiró e os Centros de Educação Infantis (CEIs) sendo que estes promovem atividades culturais, de lazer e debates entre os usuários. Além desses, existem espaços que visam o lazer e o esporte como: os campos de futebol, quadras, canchas de malha e bocha, centros esportivos como o Joerg Bruder e os clubes desportivos municipais.

Ao olhar todos esses equipamentos poderia se pensar que há uma abundância de lazer nessa região, no entanto, o que se percebe é um grande contingente de adultos e crianças que vão ao bairro de Santo Amaro com o intuito de garantir sua sobrevivência, alguns, como a população em situação de rua, até moram nos albergues, praças e calçadas do bairro e vivem, em muitos casos, através do trabalho informal e de esmolas. Será mesmo que estas pessoas têm acesso a esses espaços de lazer e de discussão promovidos pelas bibliotecas e casas de cultura? E será que a população em situação de rua, que mora nessa região, consegue prestigiar alguma peça teatral no teatro Paulo Eiró, ou no Teatro Alfa?

Dessa forma pode-se entender que o fato de existirem espaços de lazer e atividades de lazer não significa que todas as pessoas possuem

⁵¹ Disponível em <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spsa>>. Acesso realizado em 27/05/08.

possibilidades iguais de acesso a eles e quando se fala em lazer específico para a população em situação de rua torna-se ainda mais difícil encontrar ações voltadas para esse objetivo, pois se já existe uma escassez no que se refere a políticas de lazer em geral, isso também ocorre para essa parcela populacional que sempre foi deixada de lado pelos governantes, pelos institutos de pesquisas como o IBGE e até mesmo pela própria sociedade através da discriminação.

Cabe agora compreender se esta indiferença e preconceitos a que são submetidos, diariamente, a população em situação de rua interferem ou até mesmo impedem estes de se sentirem dignos de usufruir destes locais, espaços e atividades como qualquer outra pessoa.

CAPÍTULO III

“Lazer são momentos que você tem de tranquilidade, que você descansa um pouco a cabeça, que você faz aquilo que você quer e gosta de fazer, lazer pra mim é isso”.

D.G, 33 anos.

3.1- Metodologia

Este trabalho utilizou a pesquisa qualitativa para entender de maneira mais aprofundada a complexidade do acesso ao lazer à população em situação de rua, que frequenta o Núcleo Santo Dias da Silva.

A pesquisa qualitativa foi escolhida porque pressupõe não só na existência de fenômenos, mas também na relação entre este e a subjetividade que o envolve, já que levam em conta as crenças, representações, valores, significados e todo tipo de conhecimento que os sujeitos de pesquisa relataram e demonstraram. Esse tipo de abordagem propiciou uma maior aproximação entre pesquisador e pesquisado, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos relatos e comportamentos (CHIZZOTTI, 2001), além de contribuir para a identificação de novos caminhos, novos significados que são construídos durante um longo período de pesquisa e diálogo entre os mesmos. (LIMA, 2004).

Por favorecer uma maior apreensão de conteúdos e informações foi escolhida como técnica de pesquisa a entrevista semi-estruturada com perguntas que permitiram a livre expressão dos entrevistados.

Outra vantagem que esta técnica de pesquisa apresentou foi a flexibilidade em relação à formulação de perguntas, pois estas puderam ser elaboradas e aplicadas de forma a se obter reflexões mais aprofundadas sobre o tema proposto. Conforme MARCONI e LAKATOS (2007) o pesquisador põe em prática suas habilidades de discutir abertamente com os pesquisados sem obedecer a uma estrutura formal e rígida de coleta de dados.

A coleta de dados foi previamente planejada a fim de que, caso necessário, fossem feitos acordos com a organização ou sujeito estudado. Depois de realizada toda a coleta de informações através de entrevista, fizemos uma análise crítica com a produção de um relatório evidenciando os dados relevantes em relação ao tema e novas propostas de ação para esta área.

Dessa forma, a técnica de entrevista nos possibilitou a produção de novas informações que foram baseadas tanto nos relatos colhidos como também na observação. Sendo assim buscamos uma maior reflexão, compreensão e explicação da realidade vivida por cada um dos sujeitos de pesquisa se utilizando dos instrumentos acima citados.

O Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva é freqüentado por 80 homens. Tendo escolhido a amostra não probabilística intencional, a fim de colher opiniões somente de uma parcela do universo (MARCONI e LAKATOS, 2007: p.52), procurou-se delimitar características nas quais consistem em pesquisar pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho, tanto formal ou informal. Tal escolha se deu a fim de compreender se mesmo a população em situação de rua, que faz parte da classe trabalhadora, é reconhecida como tal e tem direito ao lazer.

Porém, antes de qualquer coisa, os sujeitos a serem pesquisados foram escolhidos de acordo com a sua importância para a pesquisa.

Através do levantamento de dados dos “conviventes” do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva pelo Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRUA), foram delimitados 54 homens que exercem algum tipo de ocupação, que correspondem a 68% do total.

De acordo com DESLANDES (1994) a pesquisa qualitativa não se preocupa com o número de sujeitos a serem pesquisados, mas sim que se tenha uma representatividade das características pré-estabelecidas e que estas contribuam para alcançar a totalidade do problema investigado. A partir disso, para se alcançar a representatividade do universo de pesquisa foram consideradas características como o grau de escolaridade, a faixa etária, o tempo de rua e a forma de trabalho. Essas características foram escolhidas já que a idade, o grau de escolaridade, a forma de trabalho e o tempo de rua podem influenciar os sujeitos a escolherem diferentes tipos de lazer de acordo com as suas preferências e possibilidades de acesso.

No que se referem a essas características, o quadro a seguir mostra as seguintes representatividades:

Quadro 2 – Representatividade do universo de pesquisa do Núcleo Santo Dias da Silva.

Nº de pessoas	Grau de Escolaridade	Faixa Etária	Tempo de Rua	Forma de Trabalho
1	Analfabeto	60 anos ou mais	2 anos ou mais	Informal
2	Analfabeto	26 a 40 anos	Menos de 1 mês	Informal
3	Fund. Completo	18 a 25 anos	3 a 6 meses	Informal
4	Fund. Completo	18 a 25 anos	1 a 3 meses	Formal
5	Fund. Completo	41 a 55 anos	2 anos ou mais	Informal
6	Fund. Completo	41 a 55 anos	1 a 3 meses	Informal
7	Fund. Incompleto	56 a 59 anos	2 anos ou mais	Informal
8	Fund. Incompleto	26 a 40 anos	1 a 3 meses	Informal
9	Fund. Incompleto	41 a 55 anos	6 meses a 1 ano	Informal
10	Fund. Incompleto	41 a 55 anos	2 anos ou mais	Informal
11	Fund. Incompleto	18 a 25 anos	1 a 3 meses	Informal
12	Fund. Incompleto	26 a 40 anos	2 anos ou mais	Formal
13	Fund. Incompleto	26 a 40 anos	Menos de 1 mês	Informal
14	Fund. Incompleto	18 a 25 anos	Menos de 1 mês	Formal
15	Médio Completo	18 a 25 anos	1 a 3 meses	Informal
16	Médio Completo	26 a 40 anos	Menos de 1 mês	Formal
17	Médio Incompleto	26 a 40 anos	6 meses a 1 ano	Informal
18	Superior Incompleto	41 a 55 anos	2 anos ou mais	Informal

Foi escolhido um número de 18 homens que possuem um perfil correspondente com as características pré-estabelecidas podendo contribuir para a realização desse estudo.

Tendo definido a amostra, o seguinte passo foi efetuar a coleta de dados por meio das entrevistas semi-estruturadas. Contudo, a realização dessa coleta só foi possível com 15 participantes, pois por se tratar de uma população flutuante em que os “conviventes” permanecem vinculados ao

serviço por tempo indeterminado, no período da coleta de dados, três dos “conviventes” que correspondiam aos critérios da pesquisa não freqüentavam mais o Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.

3.2 - Perfil dos “conviventes” do Núcleo Santo Dias da Silva

Para compreender como é o lazer para a população em situação de rua, especificamente a do Núcleo Santo Dias da Silva, e quais as visões que ela tem a esse respeito é preciso, antes de tudo, conhecer o perfil dessas pessoas, suas condições de vida e suas diferenças sociais.

No decorrer das entrevistas houve aspectos que chamaram a atenção das pesquisadoras. Estes fazem parte de tudo aquilo que não pode ser registrado no papel como: as condições físicas dos entrevistados, as expressões e as pausas entre as perguntas e respostas. É necessário dizer que o alcoolismo, muito presente entre os entrevistados, foi um dos fatores que dificultaram o processo de captação das informações, sendo que isso pode ser observado no tempo de duração das entrevistas e no seu conteúdo. As pausas demonstraram a distância que alguns tinham e talvez ainda tenham do lazer. Nesses casos havia a dificuldade de expressar seu significado, suas formas e também suas possibilidades.

Através das entrevistas realizadas com quinze “conviventes” do Núcleo pode-se perceber que este grupo de homens apresenta uma heterogeneidade no que se refere às características como: faixa etária, tempo de rua, tipo de trabalho e grau de escolaridade, entre outras, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados por grau de escolaridade.

Grau de Escolaridade	Nº de entrevistados	Total
Analfabeto	02	13%
Fundamental Incompleto	08	53%
Fundamental Completo	02	13%
Ensino Médio Incompleto	01	7%
Ensino Médio Completo	01	7%
Superior Incompleto	01	7%
Total	15	100%

Em sua maioria são homens que possuem um baixo grau de escolaridade, 13% são analfabetos e 53% têm apenas o ensino fundamental

incompleto, totalizando 79% dos pesquisados. Há, porém, exceções, como é o caso de um morador que possui o ensino superior, embora incompleto.

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados por faixa etária.

Faixa Etária	Nº de entrevistados	Total
18 a 25 anos	2	13%
26 a 40 anos	6	40%
41 a 55 anos	5	33%
56 a 59 anos	1	7%
60 anos ou mais	1	7%
Total	15	100%

A faixa etária dos entrevistados variou de 18 a mais de 60 anos de idade, mas é representada de maneira significativa pela faixa de 26 a 55 anos, que totaliza 73% dos pesquisados.

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados por tempo de rua.

Tempo de Rua	Nº de entrevistados	Total
Menos de 1 mês	3	20%
1 a 3 meses	3	20%
4 a 6 meses	1	7%
7 meses a 1 ano	1	7%
2 anos ou mais	7	47%
Total	15	100%

Buscando uma relação entre idade e tempo de rua percebe-se que o tempo de rua é maior, de dois anos ou mais, entre os entrevistados de idade acima de 40 anos, representando 50% dos entrevistados. Nota-se também que outros 40% dos pesquisados encontram-se há pouco tempo nas ruas, no período de menos de 1 mês a 3 meses, sendo que esses têm de 18 a 40 anos.

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados por tempo de rua e faixa etária.

Tempo de Rua	Faixa Etária					Total
	18 a 25	26 a 40	41 a 55	56 a 59	60 ou mais	
Menos de 1 mês		2				2
1 a 3 meses	2	1				3
4 a 6 meses		2				2
7 meses a 1 ano			1			1
2 anos ou mais		1	4	1	1	7
Total	2	6	5	1	1	15

Correspondendo também ao baixo grau de escolaridade e a faixa etária, o tipo de trabalho por eles exercido é formado principalmente por ocupações informais que totalizam 80% dos entrevistados, sendo pouco presente o trabalho formal, representado por apenas 20% dos mesmos.

Tabela 6: Distribuição dos entrevistados por Tipo de Trabalho.

Tipo de trabalho	Nº de entrevistados	Total
Formal	3	20%
Informal	12	80%
Total	15	100%

3.2.1 - Referências de lazer na perspectiva dos “conviventes” do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.

A partir da identificação da faixa etária, do grau de escolaridade, do tempo de rua e do tipo de trabalho de cada convivente esse estudo possibilita fazer uma correlação do material adquirido durante as entrevistas com o embasamento teórico realizado no primeiro capítulo do mesmo e com as particularidades do campo de pesquisa, Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, expressas no segundo capítulo, facilitando a melhor compreensão das respostas e uma análise mais aprofundada do assunto.

Nota-se que a percepção que as pessoas têm sobre determinados assuntos ocorre de forma muito vinculada e dependente das características que elas apresentam. Dessa mesma forma, percebe-se que a população em situação de rua, quando se trata de lazer, vê este por inúmeros ângulos, dando-lhe significados e formas diferentes que vão desde “uma simples conversa” até “ir ao cinema”. A tabela 7 contribui demonstrando o que os entrevistados entendem por lazer.

Tabela 7 - Distribuição dos entrevistados pelos significados que dão ao lazer e grau de escolaridade.

Significado de Lazer	Grau de Escolaridade						Total
	Analfabeto	Fund. Incomp.	Fund. Completo	Médio Incomp.	Médio Completo	Superior Incomp.	
Visitar Parentes			1				1
Teatro						1	1
Centros Culturais						1	1
Praticar esportes		2	1	1	1	1	6
Cinema				1		1	2
Teatro de rua		1				1	2
Ibirapuera e praças	1	6					7
Fazer Cursos						1	1
Ver televisão	1						1
Piscina		1					1
Trabalhar		1					1
Encontrar amigos	1	3					4
Igreja		2					2
Descansar		2					2
Total	3	18	2	2	1	6	32

OBS: O valor total é superior a quinze, pois cada entrevistado deu mais de uma resposta.

Na identificação do que é lazer percebe-se que os entrevistados reconhecem este como algo necessário para si e também para os outros, isso pode ser visto nas seguintes falas:

“Lazer tem que ser o melhor, confortável, porque o ser humano e sociedade buscam uma vida confortável ou próximo disso. Não pode ficar só em moradia, tem que ter esporte, passear”.

M.A.M.N, 29 anos.

Nessa fala o convivente expõe que apesar de ter garantida, mesmo que provisoriamente, uma moradia no Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, ele, assim como qualquer ser humano, necessita desfrutar momentos e atividades de lazer que tenham qualidade.

Dentre a diversidade de atividades de lazer identificadas pelos entrevistados estão: a visita a parentes e amigos, o teatro, os centros culturais, a prática de esportes, o cinema, o teatro de rua, os parques e praças, os locais de natureza, fazer cursos, ver televisão, piscinas, trabalhar, encontrar amigos, conversar, ir à igreja, descansar e, até mesmo, “tomar cachaça”.

Toda essa diversidade vem comprovar o que foi falado anteriormente no capítulo primeiro deste estudo quando se afirma que o que é lazer para uns não é para outros. Pode-se perceber isto quando um dos entrevistados, talvez pela falta de acesso a outras possibilidades, identificou os bares como espaços de lazer e, também, no caso em que um dos quinze entrevistados respondeu que lazer é trabalhar. Essa resposta possibilita pensar um pouco sobre qual é o real significado do lazer. Será que a sua definição depende somente da preferência de cada pessoa ou será que há outros fatores que influenciam nessa identificação?

Talvez seja a hora de trazer novamente a reflexão feita anteriormente por CASTELLI (1990) de que é muito difícil uma sociedade que ainda se preocupa em lutar pela sua sobrevivência ser engajada em atividades de lazer.

Algumas falas dos entrevistados podem proporcionar um maior entendimento sobre essa reflexão:

“Não sou muito de participar, pois chego do serviço cansado. Meu negocio é jantar, tomar meu banho e cair na cama”.

M.M.S, 40 anos.

Esta afirmação confirma o que diz CASTELLI (1990), ou seja, o trabalho e a luta pela sobrevivência não deixam espaço para as atividades de lazer.

“Oficina, são várias, teatro, musical, coisas que desenrolam um pouco a mente. Quando não estou cansado eu venho. Não participo de todos, pois já trabalho há dezessete anos, às vezes chego cansado”.

M.A, 56 anos.

Este convivente também faz a correlação do lazer com o trabalho, pois afirma que participa dessas atividades quando não está cansado pelo trabalho e que, outras vezes, o cansaço o impede de participar.

“Eu participo das atividades, mas tem vez que não participo por causa do trabalho, porque temos que correr atrás”.

S.S, 60 anos.

Novamente a questão do trabalho é o motivo que leva este outro convivente a não participação das atividades de lazer, importando ressaltar a necessidade que ele identifica de lutar pela sua sobrevivência.

A partir destes relatos entende-se que a necessidade de prover a sobrevivência acaba sendo prioridade ao invés de usufruir momentos de lazer. Os entrevistados, em sua maioria, exercem trabalhos informais que consomem de maneira exorbitante suas energias físicas e mentais levando-os a um esgotamento tão grande que os impede de realizar as poucas atividades de lazer que têm a disposição.

Na identificação dos significados de lazer também é possível analisar outros aspectos que influenciam as falas dos entrevistados. A falta de suprimento das necessidades básicas, como afirma PEREIRA (2002), interfere na participação, nas escolhas e nas percepções que os indivíduos têm diante da realidade o que vem a ser uma das possíveis explicações para o escasso número de espaços e atividades de lazer reconhecidos pelos “conviventes”. Entende-se que isso pode ocorrer de diversas maneiras talvez pelo fato de estarem mesmo preocupados com a própria sobrevivência, pela ausência de possibilidades e políticas efetivas nessa área e, até mesmo, pela falta de conhecimento de algumas possibilidades de lazer. Isso fica evidente quando percebemos que o grau de escolaridade é um dos fatores que contribuem para que essas pessoas consigam reconhecer e usufruir um lazer mais amplo, com mais opções, não se prendendo somente às praças, à televisão, mas também à centros e viradas culturais, à exposições, a teatros, enfim, à busca de atividades, mesmo que sejam gratuitas e públicas, mas que possibilitem mais conhecimento, crescimento e socialização. O usuário com maior grau de escolaridade apresenta um leque maior de possíveis opções de lazer.

No entanto é preciso que fique claro que, apesar de influenciar na concepção de lazer e no grau de participação nestas atividades, o nível de conhecimento não é o que define a participação no lazer, pois todos têm suas opções. Além do nível de escolaridade é preciso contar com as experiências anteriores e preferências de cada pessoa já que todas têm suas particularidades e escolhem opções de lazer que satisfaçam suas necessidades pessoais. Isto pode ser observado quando se questiona o que os entrevistados entendem por lazer:

“É sair, curtir um pouco. Tem vários tipos de lazer. Conhecer lugares que não conhecemos”.

R.A.R, 32 anos.

Para este convivente lazer está mais vinculado a passear, sair, descobrir o novo.

“Diversão é uma coisa que eu nunca tive. Não posso dizer que tive um berço de ouro, já cresci na roça trabalhando desde meus oito anos de idade então nunca participei de uma bola. A única coisa que eu gosto de vez em quando é ver TV, um jornal na Record, passa filme, jornal, pra mim não tem outra diversão”.

M.M.S, 40 anos.

Já a fala deste outro convivente mostra que a sua criação, trabalhando desde novo na roça, faz com que, ainda hoje, ele desfrute de atividades de lazer limitadas, pois dentre tantas possibilidades ele só desfruta, às vezes, dos telejornais que, em sua maioria, tratam de duras realidades e, talvez, nem possibilitem tanta diversão.

Essas falas confirmam a idéia de que o reconhecimento do que é lazer depende e está intrinsecamente relacionado à vivência de cada ser, às suas preferências e suas características, já abordadas anteriormente neste estudo.

A tabela 8, que compara a faixa etária com as opções de lazer, contribui na compreensão de que determinadas atividades de lazer vão atender especificamente os mais jovens enquanto outras vão respeitar as limitações dos de mais idade. Este fato é visível quando se observa à opção “praticar esportes” que mostra o total desinteresse pelos homens de 56 a 60 anos de idade, talvez, pela diminuição de mobilidade física.

Tabela 8 - Distribuição dos entrevistados pelos significados que dão ao lazer em comparação com a faixa etária.

Significado de Lazer	Faixa Etária					Total
	18 a 25	26 a 40	41 a 55	56 a 59	60 ou mais	
Visitar Parentes			1			1
Teatro			1			1
Centros Culturais			1			1
Praticar esportes	1	4	1			6
Cinema		1	1			2
Teatro de rua			1	1		2
Ibirapuera e praças	1	3	2	1	1	8
Fazer Cursos			1			1
Ver televisão		1				1
Piscina			1			1
Trabalhar				1		1
Encontrar amigos		1	1	1	1	4
Igreja			1	1		2
Descansar		1	1			2
Total	2	11	13	5	2	33

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

Também os vínculos com familiares e amigos são de importante consideração e demonstram o interesse de alguns “conviventes” em ir ao encontro dessas pessoas até mesmo em outros bairros. Percebe-se que existe ainda, apesar da real situação em que se encontram, uma necessidade de manter as relações familiares e de amizade a fim de suprirem as carências humanas de conviver com pessoas de maior afinidade ou de parentesco próximo.

É interessante notar que o contato com a natureza, através da visita à praças e parques, é presente em todas as faixas etárias podendo estar relacionado com a facilidade de acesso a esses espaços.

Além das atividades e espaços de lazer disponíveis no bairro de Santo Amaro e arredores os “conviventes” do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva dispõem de atividades desenvolvidas dentro do próprio Núcleo, sendo reconhecidas por eles: a oficina de escrita e leitura, o teatro, a pintura em azulejo, o sarau, a Escola de Informática e Cidadania (EIC), os jogos, a oficina de música e coral, o psicodrama, as aulas de alfabetização, os filmes e a televisão, conforme tabela 9:

Tabela 9 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a identificação de espaços e atividades de lazer dentro do Núcleo em comparação com a faixa etária.

Opções de lazer no Núcleo	Faixa Etária					Total
	18 a 25	26 a 40	41 a 55	56 a 59	60 ou mais	
Oficina de escrita e leitura			1			1
Teatro		2	3	1		6
Pintura em azulejo	1	1	2			4
Sarau	1		1			2
Internet (EIC)	1	3	2			6
Jogos			1			1
Oficina de música/coral	1	1	1	1		4
Psicodrama		1	1			2
Aulas de alfabetização			1			1
Filmes de sábado/televisão		1			1	2
Diz que tem mas não identifica		2	1			3
Total	4	11	14	2	1	32

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

O lazer dentro do Núcleo, analisado a partir das características dos entrevistados, traz consigo reflexões que apesar de parecidas com as anteriores apresentam diferenças como: a não identificação das atividades desenvolvidas e a não participação nas mesmas. Percebe-se que o reconhecimento das oficinas por alguns “conviventes” não significa a sua integração a elas. Isto pode ser observado nas tabelas 9 e 10 que trazem a identificação das atividades de lazer e o grau de participação nas mesmas.

Na identificação dessas atividades a maioria dos entrevistados cita apenas aquelas que lhes são de maior interesse ou que se lembram no momento da entrevista, não identificando algumas atividades como lazer, como demonstram as falas a seguir:

“Realmente o albergue oferece coisas de lazer, coisas normais que eu não gosto de falar se é bom ou ruim. Tem filme, coisa de cultura”.

S.S, 60 anos.

Para este convivente parece difícil reconhecer quais as atividades de lazer. Ele apenas cita que é desenvolvido algo relacionado à cultura, mas não identifica as atividades pelo nome ou pelo que realizam. Cita, porém, o filme que, de acordo com a tabela de número 9, é a única atividade em que participa.

“Pra mim não tá tendo nenhum. Vai ter agora em agosto que vai começar as aulas”.

P.M.R, 47 anos.

Neste caso, o entrevistado reconhece como lazer somente aquilo que lhe atraí, não identificando outra atividade senão as aulas de alfabetização.

Tabela 10 – Distribuição dos entrevistados pelo grau de participação nos espaços e atividades de lazer do Núcleo e a faixa etária.

Participação em	Faixa Etária					Total
	18 a 25	26 a 40	41 a 55	56 a 59	60 ou mais	
Oficina de escrita e leitura		1	1			2
Teatro		1	3	1		5
Pintura em azulejo	1	1	1			3
Sarau	1		1			2
Internet (EIC)	1	2	1			4
Jogos			1			1
Oficina de música/ coral	1	1		1		3
Psicodrama		1	1			2
Aulas de alfabetização			1			1
Filmes de sábado/televisão					1	1
Total	4	7	10	2	1	24

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

Analisando estes dados nota-se que o valor total das tabelas 9 e 10 são divergentes sendo o primeiro maior que o segundo. Isto comprova que os entrevistados até conseguem identificar algumas das atividades desenvolvidas no Núcleo, mas não participam de todas elas. Tendo sido ressaltado anteriormente, no caso do entrevistado S.S., de 60 anos de idade, percebe-se que o lazer para este é ainda mais singular já que, dentre tantas atividades realizadas, ele considera somente a televisão como lazer.

Para falar um pouco de acessibilidade é interessante lembrar que este mesmo senhor, de 60 anos de idade, não possui nenhum grau de escolaridade, sendo analfabeto e estando nas ruas há 5 anos e 11 meses. Como PINHEIRO (2005) cita, para que algo garanta acessibilidade é necessário que proporcione a todos as mesmas condições de uso, independente das particularidades de cada pessoa. Dessa forma, pode-se pensar que, talvez, a faixa etária, o grau de escolaridade e o tempo de rua que este convivente apresenta são fatores que o impedem de se apropriar de determinadas oficinas que exijam um maior conhecimento intelectual e que, infelizmente, ainda não são adaptadas para atender este tipo de demanda. Claro que estas são hipóteses e não confirmações podendo ser objeto de reflexões para o melhor desenvolvimento dessa área.

A tabela abaixo demonstra que a participação dos “conviventes” varia, mas, ainda sim, essa participação é maior de acordo com o nível de escolaridade de cada um. A oficina de escrita e leitura é um exemplo da dificuldade de acessibilidade de alguns usuários, pois somente duas pessoas, com nível mais elevado de conhecimento, participam dessa atividade.

Tabela 11 – Distribuição dos entrevistados pela participação nos espaços e atividades de lazer do Núcleo e o grau de escolaridade.

Participação em	Grau de Escolaridade						Total
	Analfabeto	Fund. Incomp.	Fund. Completo	Médio Incomp.	Médio Completo	Superior Incomp.	
Oficina de escrita e leitura					1	1	2
Teatro		4				1	5
Pintura em azulejo		1	1		1		3
Sarau			1			1	2
Internet (EIC)		3		1			4
Jogos		1					1
Oficina de música/ coral	1	1	1				3
Psicodrama		1		1			2
Aulas de alfabetização		1					1
Filmes de sábado/televisão	1						1
Total	2	12	3	2	2	3	24

OBS: O valor total é superior a quinze, pois cada entrevistado deu mais de uma resposta.

Outro aspecto de total relevância, quando se trata de acessibilidade, é a informação e a comunicação, citada por PINHEIRO (2005). O autor afirma que o acesso depende muito do indivíduo estar informado das atividades que estão sendo desenvolvidas. Durante as entrevistas, quando se perguntou que outras atividades de lazer poderiam existir dentro do Núcleo, dois entrevistados responderam:

“Pra mim não seria diversão e sim uma atividade, mas uma atividade de alfabetização para as pessoas não ficarem ai com a hora perdida, pra aqueles que realmente quer crescer”.

M.M.S, 40 anos.

“Deveria ter uma escola aqui dentro do Núcleo para quem quer estudar. Deveria ter um instrutor para ensinar a mexer no PC (computador). A gente vai no Poupa Tempo e não sabe mexer no PC”.

E.B.S, 33 anos.

Pode-se observar que os dois entrevistados, mostrando o interesse de aprender, sugeriram a implantação de um curso de alfabetização dentro do Núcleo, porém, de alguma forma, eles não tiveram acesso à informação de que já existe este curso no albergue e que existe também a oficina de computação em que há um instrutor. É de extrema importância que haja um sistema de comunicação que evite estes tipos de desinformação e otimize os serviços oferecidos.

A não participação dos entrevistados, além do não reconhecimento de algumas das atividades, tanto no espaço do Núcleo como no bairro de Santo Amaro, ocorrem por diversos motivos. Estes podem ser reconhecidos nas seguintes falas:

“Ir para um rio no final de semana, estar com amigos, dominó, praticar capoeira e física, mas hoje não tenho oportunidade, não tenho acesso a nada aqui em Santo Amaro, porque no Jorge Bruder não tenho a carteirinha, não tenho ajuda. Quero estudar, mas não tenho oportunidade. Dependo muito da ajuda das pessoas. Não do dinheiro, mas de calor humano. Somos muito discriminados”.

E.B.S, 33 anos.

Representando alguns dos entrevistados que apresentam as mesmas dificuldades nota-se que este convivente sofre com a falta de oportunidades, de acesso, de ajuda e, ainda, pela discriminação contra a população em situação de rua.

“Como estou nessa situação é difícil ir por causa da verba, então, vamos em locais mais públicos. Eventos como teatros na rua. Perto do centro tem teatros na rua”.

J.L.F.T, 41 anos.

Tanto este convivente como muitos outros dos entrevistados reconhecem, em sua fala, que o dinheiro é um dos fatores da não participação em algumas atividades de lazer, fazendo com que eles utilizem espaços e atividades gratuitas.

“Quando não estou cansado eu venho. Não participo de todos, pois já trabalho há dezessete anos. As vezes chego cansado”.

M.A, 56 anos.

O trabalho, o cansaço e a falta de tempo são citados freqüentemente pelos “conviventes”, em suas entrevistas, como os motivos pelos quais não participam das atividades de lazer oferecidas no Núcleo.

Além dos motivos apresentados acima, a falta de informação não impede somente o reconhecimento das atividades de lazer disponíveis, mas também leva a não utilização das mesmas, pois, como a fala a seguir apresenta, o convivente até reconhece os espaços de lazer, mas não consegue ter acesso a eles devido à falta de informação.

“Praça Floriano Peixoto, Dona Benta e o Jorge Bruder, mas lá tem que ter a carteirinha e o segurança não dá informação. Em Santo Amaro eu só ando”.

E.B.S, 33 anos.

Nota-se que as questões relacionadas ao trabalho são as que mais impedem os “conviventes” de participarem das atividades e, até mesmo, de se socializarem uns com os outros dentro do Núcleo devido à falta de tempo e ao cansaço.

Com relação ao lazer no bairro de Santo Amaro são encontradas as mesmas dificuldades tanto de reconhecimento quanto de participação nas atividades e espaços de lazer. No entanto dois pontos principais chamaram a atenção, são eles: a solicitação por parte de dois dos entrevistados por espaços de lazer que atendam somente a população em situação de rua e também o fato deles saírem para outros bairros onde se encontram outras pessoas em situação de rua. O fazer parte desse grupo de pessoas que se encontram em situação de rua pode gerar um sentimento de exclusão, talvez, pelo preconceito que de fato existe na sociedade. Alguns comentários extraídos das entrevistas deixam transparecer essa realidade:

“Ontem mesmo fui para a casa de uma amiga minha aqui (Santo Amaro). Não tem muita coisa boa. Ontem fui enquadrado. Santo Amaro precisaria de um lugar para a população de rua, onde eles ficassem mais à vontade”.

N.J. S. 24 anos.

A fala deste convivente expressa e confirma o preconceito e discriminação a que a população em situação de rua está exposta. Ele fala da necessidade de se sentir à vontade e isso demonstra que ficar no mesmo espaço onde se encontram pessoas em situações diferentes da que ele vive lhe traz desconforto.

“...deveria ter uma área de lazer para a população em situação de rua para que ninguém incomodasse a gente. Quero estudar, mas não tenho oportunidade, dependendo muito da ajuda dos outros. Não do dinheiro, mas do calor humano. Somos muito discriminados”.

E.B.S, 33 anos.

Percebe-se o quão importante é o sentimento de pertencimento e o quanto isso influi na vida desses entrevistados fazendo com que eles prefiram um lazer isolado o que vai contra a proposta dessa área que enseja o envolvimento dos usuários com outras pessoas levando a socialização, ao aprendizado, enfim, a integração destes, porém, a discriminação que existe

leva-os a preferir a segregação com atividades de lazer separadas da sociedade que os rejeita.

A qualidade e a diversidade de espaços de lazer em Santo Amaro são questionadas quando se percebe um número considerável de moradores de rua indo para outros bairros. A tabela a seguir mostra o nível de participação dos entrevistados nos espaços e atividades de lazer disponíveis em Santo Amaro:

Tabela 12 – Distribuição dos entrevistados a partir da identificação de espaços e atividades de lazer no bairro de Santo Amaro e da sua utilização.

Lazer em Santo Amaro	Aproveitamento			Total
	Utiliza	Só observa	Não utiliza	
Clube Jorge Bruder	9	1	2	12
Praça Floriano Peixoto	3			3
Estátuas Vivas	1			1
Grupos musicais	2			2
O próprio Núcleo	1			1
Poupa tempo Intern/biblioteca	3			3
Casa Amarela	1			1
Sesc	1			1
Cinema	1			1
Movimento de bairro/shows	1			1
Total	23	1	2	26

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

Dessas atividades de lazer o que se pode observar é a maior utilização do Clube Jorge Bruder, seguido pela Praça Floriano Peixoto e pelo Poupa Tempo, sendo o restante pouco aproveitado. Fica claro que são insuficientes os locais, dentro do bairro, onde os entrevistados encontram alguma forma de diversão. É também importante lembrar que lazer é diferente de tempo livre. A partir disto, entende-se que o fato de estar numa praça ou em um clube não significa estar vivendo um momento de real lazer. Sendo assim, torna-se difícil avaliar o verdadeiro nível de acessibilidade que essas pessoas têm as atividades de lazer.

Ainda referente à acessibilidade um dos entrevistados relatou que utiliza o clube Jorge Bruder somente para observação. Dois outros “conviventes” afirmaram que não o utilizam, demonstrando uma dificuldade no acesso a esse equipamento, o que pode ser comprovado nas seguintes falas:

“Olha que nem o CECCO e o CEU não é em Santo Amaro, é próximo, né? Acho que em Santo Amaro poderia ter essas opções. Ainda tem o Jorge Bruder, mas a gente ainda num ta adequado”.

D.A.C.38 anos.

“Não tenho acesso a nada aqui em Santo Amaro porque no Jorge Bruder não tenho a carteirinha, não tenho ajuda. Lá tem que ter a carteirinha e o segurança não dá informação”.

E.B.S.33 anos.

Como afirma LIMA (1998), no item de acessibilidade do primeiro capítulo, é necessário que os indivíduos tenham facilidade em participar de qualquer atividade. Quando o entrevistado relata “a gente ainda num ta adequado” entra novamente em questão o não pertencimento e a ausência dessa acessibilidade a que o autor se refere sendo que, o convivente, em sua fala, não está se referindo somente a ele como indivíduo, mas a outros que, de alguma forma, apresentam a mesma dificuldade. Isto revela a necessidade de compreender mais a realidade da população em situação de rua, reconhecer que são seres humanos e que também devem ser atendidos, adequadamente, em seus direitos.

A partir de casos como estes, em que os usuários não conseguem um acesso de qualidade aos espaços de lazer e a outros, torna-se importante refletir como se dará a sua inclusão e reinserção na vida social, o resgate de sua cidadania e a promoção de sua autonomia se este mecanismo, tão

necessário para promover a socialização destes com outros indivíduos e espaços, se encontra inacessível no momento.

Partindo para o tipo de trabalho que os entrevistados exercem e como esta característica interfere quando se estuda o lazer nota-se que a idéia de que o trabalho formal daria mais condições para o entrevistado desfrutar de espaços de lazer mais amplos não pôde ser confirmada, já que, na realidade, isto ocorre de maneira contrária. De acordo com as respostas dos entrevistados, organizadas na tabela de número 13, observa-se que não existe diferença entre os espaços utilizados para o lazer dos que trabalham de maneira formal e informal sendo que estes dois grupos desfrutam de locais e atividades públicas e gratuitas, exceto um dos “conviventes” que vai ao cinema sempre que lhe “sobra dinheiro”. Este convivente trabalha informalmente. Veja a tabela a seguir:

Tabela 13 – Distribuição dos entrevistados pelo grau de utilização dos espaços e atividades de lazer no bairro de Santo Amaro e o tipo de trabalho.

Utilização de	Tipo de Trabalho		Total
	Formal	Informal	
Clube Jorge Bruder		6	6
Praça Floriano Peixoto		4	4
Estátuas Vivas		1	1
Grupos musicais		2	2
O próprio Núcleo	1	2	3
Poupa tempo Intern/biblioteca	1	1	2
Casa Amarela		2	2
Cinema		1	1
Sesc	1		1
Movimento de bairro/shows		1	1
Vou para outros bairros	1	7	8
Total	4	27	31

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

A fim de compreender um pouco mais as reais necessidades que os entrevistados possuem e, de acordo com suas falas, descobrir novas possibilidades de lazer para serem desenvolvidas dentro do Núcleo foi elaborada a seguinte tabela que faz uma comparação entre as opções de lazer que os entrevistados propuseram e o grau de escolaridade de cada um.

Tabela 14 – Distribuição dos entrevistados pelas atividades de lazer que identificam como necessárias no Núcleo e o grau de escolaridade.

Atividades	Grau de Escolaridade						Total
	Analfabeto	Fund. Incomp.	Fund. Comp.	Médio Incomp.	Médio Comp.	Superior Incomp.	
Alfabetização/educar os “conviventes”	1	1	1				3
Curso de escultura em madeira						1	1
Já tem o suficiente		3			1		4
Televisão melhor e ampliar o tempo		1					1
Outro curso de desenho e jardinagem		1	1				2
Outro projeto de frente de trabalho		1					1
Outros esportes durante a semana		1		1			2
Outras atividades no final de semana		1		1			2
Mais tempo na Internet				1			1
Campeonato de dominó		1					1
Aulas de canto			1				1
Oferecer mais literatura			1				1
Mais Passeios		1					1
Total	1	11/8	4/2	3/1	1/1	1/1	21

OBS: O valor total foi acima de quinze, pois cada entrevistado optou por mais de uma resposta.

Alguns pontos chamam atenção. Percebe-se que dos dois entrevistados que são analfabetos somente um respondeu a questão da Tabela 14 e este solicitou aulas de alfabetização sendo que estas já estão sendo desenvolvidas no Núcleo. Isto aconteceu também com outros dois

entrevistados, um de fundamental incompleto e outro de fundamental completo. Este fato remete à reflexão de que existe a necessidade por parte dos entrevistados de baixo nível escolar por cursos de alfabetização o que é muito bom se levado em conta os objetivos do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva que tem seu esforço voltado, também, para a reinserção dos “conviventes” no mercado de trabalho.

Outro aspecto é que, mesmo com essa abertura para que os entrevistados se expressassem, poucos foram os que citaram mais de uma atividade a ser implantada no Núcleo. Ainda assim nota-se que o lazer, para os “conviventes”, está muito ligado a cursos de geração de renda, demonstrando a prioridade que alguns dão para o trabalho. Isto pode ser identificado nos relatos a seguir:

“Não vi curso de artesanato utilizando ferramentas para esculturas. Talhamento em madeira são cursos que exigem ferramentas. Talvez não tenha por causa disso, porque tem equipamentos pontiagudos. É um meio de se fazer o próprio dinheiro”.

J.L.F.T, 41 anos.

Confirmando o que foi falado anteriormente este entrevistado demonstra interesse e reconhece a necessidade tanto dele, quanto de outros “conviventes”, de aprender algo que gere renda.

“Pra mim não seria diversão e sim uma atividade, mas uma atividade de alfabetização para as pessoas não ficarem ai com a hora perdida, pra aqueles que realmente quer crescer”.

M.M.S, 40 anos.

Novamente a preocupação com o desenvolvimento pessoal e profissional esta presente nesta fala em que o usuário identifica a alfabetização como uma necessidade e possibilidade de crescimento.

Além desses pontos, alguns dos entrevistados afirmaram já terem atividades suficientes no Núcleo. No entanto é preciso compreender melhor as falas e posicionamentos expostos a seguir:

“Já tem muita coisa boa sendo oferecido. O problema é o ser humano. Eles querem? Eu entendo que tem atividades suficientes, mas eles querem? As pessoas criticam o governo, mas às vezes é a mentalidade das pessoas. Todo governo lança incentivos, mas as pessoas não querem”.

M.A.M.N. 29 anos.

É interessante refletir sobre o porquê deste rapaz de 29 anos de idade, que possui o ensino médio completo, ter feito esta afirmação, atribuindo a responsabilidade pela não participação unicamente aos usuários e isentando os “governantes” de qualquer responsabilidade. Como deve ser o posicionamento de um assistente social diante deste ponto de vista?

Com exceção do entrevistado de ensino médio completo, observa-se, também, que todos os outros entrevistados que afirmaram já terem atividades suficientes no Núcleo possuem o fundamental incompleto e suas respostas apresentam um certo grau de desinteresse pelo assunto, como mostram as falas a seguir:

“Ah num sei falar pra você. Nessa parte aí eu to sossegado. Tá bom do jeito que tá mesmo”.

R.A.R, 32 anos.

“Sei lá, pra mim já é um grande lazer que o Núcleo me tirou da rua. Posso ficar mais limpinho, não passo mais fome”.

P.M.R, 47 anos.

“Acho que se fizer muita coisa também não dá certo”.

A. M, 53 anos.

As respostas acima geram muitas indagações, como: o que leva estas pessoas a terem este posicionamento e quais os fatores que influenciam nesta questão? Nas falas dos entrevistados três pontos chamam bastante a atenção: o desinteresse, apresentado no primeiro relato, em que o convivente acha que está bom do jeito que está, sem demonstrar necessidade de falar de lazer; a ausência da garantia dos direitos básicos à sobrevivência que levou o usuário do segundo relato a dar primordial importância à moradia e à alimentação deixando de reconhecer o lazer como uma necessidade básica; e a crítica às próprias pessoas por não utilizarem os espaços de lazer. Posição que relembra a fala do convivente M.A.M.N., de 29 anos.

Ainda analisando os três pontos acima, percebe-se a importância de que as necessidades mínimas de sobrevivência sejam supridas para que as pessoas reconheçam o lazer como essencial. O desinteresse pelo assunto também é uma forma de expressar que ele não é a prioridade no momento e na situação atual.

No entanto, é importante ressaltar que, dentre os “conviventes” que foram entrevistados, existem aqueles que valorizam o lazer e fazem deste algo frequente em suas vidas. Ao ser perguntado sobre o que faz para se divertir um dos entrevistados respondeu:

“Curso de aula de canto que dou. Me sinto muito feliz. Canto na paróquia e toco sax”.

G.A.P, 18 anos.

Para este jovem, de apenas 18 anos de idade, o lazer, além de suprir suas próprias necessidades, fazendo com que ele se sinta muito feliz, também se transformou em benefício para outros que assistem as aulas de canto ministradas por ele. Neste relato percebe-se que o lazer, para este convivente, pode proporcionar diversão e ao mesmo tempo ser uma fonte de renda.

Todas as informações e análises, realizadas neste estudo, possibilitam pensar o lazer de uma maneira mais ampla e pensar também que ouvir estas pessoas e conhecer as suas necessidades exige mais do que somente a indignação pessoal, mas também o esforço de acreditar que é possível tornar o lazer real na vida delas e fazer com que este seja um meio de estimular a sua socialização, o seu reconhecimento como sujeito de direito, o seu desenvolvimento cultural, mental e físico, assim como o suprimento de suas necessidades pessoais.

Considerações Finais

Trabalhar com o tema “lazer” é algo novo para a área do Serviço Social, pois pouco se ouve falar deste como uma possibilidade de trabalho. No entanto, esta é a proposta deste estudo e, após todo o esforço realizado na coleta de informações e análises, algumas considerações ainda devem ser feitas.

Retomando os objetivos e pressuposto, elaborado no primeiro momento desta pesquisa, pode-se afirmar que estes foram alcançados de maneira que serão expostos no desenvolver deste texto.

Sendo um dos objetivos específicos compreender quais as referências de lazer que a população em situação de rua apresenta percebe-se que estas são bastante amplas e ricas considerando desde coisas muito simples, como uma conversa, até as visitas aos centros culturais e teatros. As características de cada “convivente” e sua história de vida também são fatores que determinaram seu posicionamento durante a pesquisa e determinam a visão que tem sobre o lazer.

As visões de lazer apreendidas dos “conviventes” possibilitam a confirmação de que desfrutar de momentos de lazer é algo necessário principalmente na situação em que eles se encontram. Isto vem acabar com a idéia de que lazer é algo supérfluo, pois ele é uma necessidade básica. É importante considerar também que a falsa idéia de superficialidade do lazer quando contrastada com a necessidade de lutar pela sobrevivência tem influenciado a visão dos “conviventes” em relação ao mesmo, pois em seus relatos alguns deles afirmam não possuírem tempo para diversão ou para pensarem em lazer. Isto pode ocorrer por terem realmente a necessidade de trabalhar a todo o tempo o que lhes impede, pelo cansaço, de desfrutarem destas atividades ou por não considerarem o lazer como algo importante.

Desta forma, as referências são os resultados de uma gama de fatores que envolvem a vida de cada indivíduo.

Durante a análise percebe-se que alguns dos “conviventes” identificam dois grupos diferentes de lazer: aquele ao qual eles, devido a sua situação atual, têm acesso limitado, pois depende de dinheiro e outro que é oferecido pelo poder público e sociedade civil de forma “gratuita”. Levando em consideração este aspecto conclui-se que o acesso dessas pessoas à determinadas atividades e espaços é dificultado tanto pelas condições financeiras como por diversos outros motivos já discutidos anteriormente na análise deste estudo.

Partindo para os serviços de lazer oferecidos pelo Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva é satisfatório perceber que a partir dos objetivos e metas pré-estabelecidas pelo mesmo, foram planejadas atividades que podem ser consideradas também de lazer com a finalidade de colaborar para o alcance da socialização, da reinserção na vida social e no mercado de trabalho, do resgate da autonomia e da cidadania, entre outros. Neste caso o lazer é tido como uma possibilidade e por meio dele foram descobertos novos caminhos.

Buscando suprir esta necessidade dos “conviventes”, algumas das atividades de lazer desenvolvidas dentro do Núcleo conseguem envolver uma parcela significativa dos usuários, como a oficina de teatro e a informática, enquanto que outras, como a oficina de escrita e leitura, ainda não possuem uma participação efetiva dos “conviventes”. Neste caso é de extrema importância que estas atividades estejam ao alcance de todos os usuários através da adaptação das mesmas às características de cada “convivente” e da divulgação e estímulo à participação. Estes são aspectos essenciais para facilitar o acesso.

Pensar o lazer como uma possibilidade é também refletir que a população em situação de rua faz parte de uma realidade que vem acompanhando a história há muitos anos, como a ausência de políticas que garantam direitos como este. Isto remete ao papel do assistente social no trabalho com esses grupos buscando formas de tornar a vida dessas pessoas um pouco melhor, pensando no que é possível ser realizado para possibilitar o acesso ao lazer.

De acordo com as entrevistas, percebe-se que possibilidades de lazer no bairro de Santo Amaro existem, porém, ainda são muito restritas levando muitos dos “conviventes” a buscarem a satisfação desses momentos em outros bairros, até mesmo pela discriminação com que são tratados nos espaços de lazer de Santo Amaro. A escassez dessas possibilidades também faz com que surjam formas de lazer que estão bastante relacionadas à realidade desses “conviventes”, como a frequência a bares e igrejas e o reconhecimento destes como espaços de lazer.

Enfim, a partir de toda essa visualização, que revela um lazer de acesso a poucos, coloca-se nas mãos do Serviço Social e das equipes interdisciplinares o desafio de fazer uso dessa área tão rica e satisfatória, que é o lazer, como um dos meios de influenciar a vida da população em situação de rua e, em meio a tantas privações, promover algo positivo.

Diante dessa realidade, constatamos que a população em situação de rua, além de estar excluída de seus direitos sociais, não possui a satisfação de suas necessidades básicas. O lazer nesta perspectiva é supérfluo.

Com isso, percebemos a escassez das possibilidades e alternativas de lazer que, atualmente, se restringem ao consumo. Por tal motivo, nos preocupamos em desenvolver um trabalho que pudesse observar novos ângulos da vida e das necessidades dessa população. É preciso enxergar essa população, castigada pelas desigualdades sociais, como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ALMEIDA, M.H.T. "Federalismo e políticas sociais". In AFFONSO, R.B.A. e SILVA, P.L.B. (ORGS.) **Descentralização e políticas sociais**. São Paulo: Fundap, 1996.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. et al. **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BERARDI, Maria H. Petrillo. **Santo Amaro**: memória e história. São Paulo: Scortecci, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005**. Dá nova redação ao art. 215 da Constituição Federal, inserido parágrafo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 07 Mai. 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção tudo é história; 52).

CAMARGO, Luiz O. Lira. **O que é Lazer**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CASTELLI, Geraldo. Turismo – **Atividade marcante do século XX**. Caxias do Sul, RS: Educ,1990.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In BÓGUS, L; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B (ORG.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004

CASTRO, N.A. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. In: CASTRO, N. (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cotez, 2001.

CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, Eliane. Administração pública: a pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – eletrônica**, São Paulo, v.1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em:<[http:// www.rae.com.br/](http://www.rae.com.br/) eletrônica / index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&seção=PUBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 05 Abr. 2008.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, 9ª Região – Diretoria Provisória. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – **Lei Orgânica de Assistência Social**: Legislação Brasileira de Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social. 2 ed. rev., ampl. e atual, até dezembro de 2005 – São Paulo: O Conselho, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira et al: MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 15ª Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. 21 ed. São Paulo: Ática, 2005.

DURÁN, Cristina R. Meio século de empreendedorismo. In: **Santo Amaro, Jubileu de Ouro da Distrital Santo Amaro da Associação Comercial de São Paulo** – São Paulo, ano n/d.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In **Capacitação em serviço social e políticas sociais. Módulo 3** – Brasília: UNB, Centro de educação aberta, continuada a distância, 2000.

FERREIRA, Antonio José Porto. **Porque existe....miséria, pobreza e riqueza?:** 20 títulos, mil soluções. São Paulo: Ação Marketing e Serviços: 2007.

GOTTO, Massa. **Uma análise de acessibilidade sob a ótica da equidade:** o caso da região metropolitana de Belém. 2000. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. Disponível em: < [http: // www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br) / teses / disponíveis / 18 / 18137 / tde – 19092001-171310 / >. Acesso em 06 Mai.2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRAZIA, Giuseppina de. **Tempo de trabalho e desemprego:** redução de jornada e precarização em questão. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Os trabalhadores do século XXI e seu “refazer-se” como classe: utopia ultrapassada ou desafio atual? In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 93**, São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[Http://www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br). Acesso em 26 jun. 2007.

[Http://portal.prefeitura.sp.gov.br](http://portal.prefeitura.sp.gov.br). Acesso em 11/05/08.

[Http://observatoriiodoesporte.org.br](http://observatoriiodoesporte.org.br). Acesso em 10/05/08.

[Http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/02/412377.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/02/412377.shtml). Acesso em 11/05/08.

[Http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spsa](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spsa). Acesso realizado em 27/05/08.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005-a.

_____ e CARVALHO, RAUL de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação historico-metodológica. 17^a ed. São Paulo: Cortez/Celatz, 2005.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOGA, Dirce Harue Ueno. **Medidas da Cidade**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Manolita Correia. Monografia: **a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, Renato da Silva. **Expansão urbana e acessibilidade:** o caso das cidades médias brasileiras. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde-25062002-155026/>>. Acesso em: 06 Mai. 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I, vol. 1RJ: Ed.Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **Lazer e humanização.** 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

MARCONI, M. A. de; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARSIGLIA, R. M. G. Orientações Básicas para a Pesquisa. In: MOTTA et al (Org.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2006, v., p. 383-398.

MAZZILA, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Unesp, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **O terceiro setor e a questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In **Temporalis**, ABEPSS, ano II n. 3. 2 ed. Brasília, 2004.

PADILHA, Valquíria. Artigo Tempo livre, lazer e...desemprego. **Revista Serviço Social e Sociedade nº64** – Ano XXI – Novembro 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Humberto Lippo. Acessibilidade Universal. In: **Sociologia Textos e Contextos**/ Coord. Ottmar Teske. 2ª Edição. Canoas: Ed. Ulbra. 2005.

PLANO DE TRABALHO DO ALBERGUE NÚCLEO DE VIVÊNCIA SANTO DIAS DA SILVA. São Paulo, 2008.

POCHMANN, MÁRCIO. **O trabalho sob fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80**: Brasil: quando a multidão voltou às praças. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

STEIN, Rosa Helena. Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa. In **Capacitação em serviço social e políticas sociais**. Módulo 3 – Brasília: UNB, Centro de educação aberta, continuada a distância, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED – UNB. Brasília. 2000.p.124-137.

WANDERLEY, W. Luiz Eduardo. A Questão Social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In BÓGUS, L; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B (ORG.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e a assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	113
Anexo 2 - Roteiro de Entrevistas.....	115



Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – **População de rua e acessibilidade ao lazer** -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador (a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: População de rua e acessibilidade ao lazer

PESQUISADORAS:

Jane Ranelve Bezerra Sousa

Lucila de Freitas Oyama

ENDEREÇOS:

Rua Carlos Gomes 695 – Santo Amaro – São Paulo

TELEFONES:

(11) 5523-2344

PATROCINADOR: Universidade de Santo Amaro

OBJETIVOS: Os objetivos dessa pesquisa consistem em saber quais as possibilidades de acesso ao lazer das pessoas em situação de rua que usam os serviços oferecidos pelo Núcleo Santo Dias da Silva, o que elas entendem sobre o lazer, quais os programas de lazer existentes tanto na

instituição como no bairro de Santo Amaro e se os “conviventes” têm condições de acessar esses serviços.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Ao concordar em participar dessa pesquisa, você terá que responder a uma entrevista, que poderá ser gravada ou não, sobre a temática do lazer, já que o interesse dessa pesquisa é saber se a população de rua tem acesso ao lazer. Durante a entrevista usaremos como procedimentos anotações escritas e, se necessário, gravações de voz para que não se perca nenhum relato. Os dados obtidos contribuirão para além do entendimento sobre a questão do lazer como também para a formulação de novas propostas de ação.

RISCOS E DESCONFORTOS: Essa pesquisa não lhe trará nenhum risco.

BENEFÍCIOS: O relato contribuirá para que haja uma maior compreensão de como o lazer se dá para a população em situação de rua, e possibilitará uma reflexão sobre as possibilidades de acesso ao mesmo.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: A realização desta pesquisa não acarretará nenhum tipo de custo, gratificação ou reembolso e ao seu término todos os participantes terão um retorno do que foi pesquisado.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Todo o conteúdo apreendido durante a efetivação da pesquisa será mantido em total sigilo de forma a não comprometer a sua integridade e privacidade. Os dados divulgados serão aqueles que se destinam somente aos objetivos pré-estabelecidos deste estudo.

Assinatura do sujeito pesquisado

Assinatura das Pesquisadoras Responsáveis

Roteiro de Entrevista

1. O que você entende por lazer?
2. Quais atividades de lazer que Núcleo Santo Dias oferece?
3. Quais destas atividades você já participou?
4. Se não participou de todas , por quê?
5. Que outras formas de lazer você conhece em Santo Amaro?
6. Você já participou ou participa de alguma delas?
7. Como se diverte no bairro de Santo Amaro?
8. Que outras atividades de lazer, divertimento você acha que deveria ter dentro do Núcleo?
9. E em Santo Amaro?
10. Você quer acrescentar alguma coisa a mais sobre esse assunto?